



Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Ciências Sociais
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Lorrany de Paula Carvalho

**O mais puro cristal: a natureza dos objetos como substância do mundo no
Tractatus Logico-Philosophicus.**

Rio de Janeiro
2024

**O mais puro cristal: a natureza dos objetos como substância do mundo no
Tractatus Logico-Philosophicus.**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para
obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-
Graduação em Filosofia, da Universidade do Estado
do Rio de Janeiro. Área de concentração: Filosofia

Orientador: Prof. Dr. Edgar da Rocha Marques

Rio de Janeiro
2024

Lorrany de Paula Carvalho

***O mais puro cristal: a natureza dos objetos como substância do mundo no
Tractatus Logico-Philosophicus.***

Dissertação apresentada, como requisito parcial para
obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-
Graduação em Filosofia, da Universidade do Estado
do Rio de Janeiro. Área de Concentração: Filosofia

Data de Aprovação: ____/____/____

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Edgar da Rocha Marques
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UERJ

Prof. Dr. Marcos Henrique da Silva Rosa
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UERJ

Prof. Dr. Jean-Pierre Cardoso Caron
Instituto de Filosofia e Ciências Sociais - IFCS/UFRJ

Rio de Janeiro
2024

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	6
I. AS RELAÇÕES EXISTENTES ENTRE ONTOLOGIA E TEORIA DA LINGUAGEM.....	12
1. O paradoxo tractatiano.....	12
2. O projeto geral do <i>Tractatus</i> e a natureza da filosofia.....	16
3. Ontologia e teoria da linguagem.....	23
4. Objetos existem independentemente da linguagem?.....	31
5. A ontologia do <i>Tractatus</i>	33
6. Propriedades internas e propriedades externas.....	38
7. A forma do objeto.....	41
8. Realidade e espaço lógico.....	47
II. A SIMPLICIDADE DOS OBJETOS.....	51
1. A ordem das razões do <i>Tractatus</i>	51
2. Um argumento transcendental.....	54
3. “O objeto é simples”.....	56
4. “A proposição é uma função de verdade”.....	58
5. A compreensão do sentido da proposição.....	63
III. OBJETOS E SUBSTANCIALIDADE.....	67
1. “Os objetos constituem a substância do mundo”.....	67
2. Uma ressalva importante.....	69
3. A hipótese da alusão kantiana.....	73
4. O possível paralelo entre Kant e Wittgenstein.....	77
5. O conceito de substância no <i>Tractatus</i>	80
6. Uma clássica tensão: por que a substância é forma e conteúdo?.....	82
7. A reconstrução do argumento da substância.....	86
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	91
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	98

RESUMO

DE PAULA CARVALHO, Lorrany. *O mais puro cristal: a natureza dos objetos como substância do mundo no Tractatus Logico-Philosophicus*. 2024. 102 folhas. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

O objetivo desta dissertação é investigar por qual motivo os objetos simples devem constituir a substância do mundo no *Tractatus Logico-Philosophicus* de Ludwig Wittgenstein. A obra do primeiro Wittgenstein é conhecida pelo seu caráter enigmático; suas passagens assemelham-se a aforismos, e por isso quase não há justificações para o que é afirmado. Contudo, esse cenário sofre uma mudança com a introdução do que ficou conhecido na literatura tractatiana como o argumento da substância (T 2.0211-12). O argumento, via uma redução ao absurdo, expressa que se o mundo não tivesse substância, o sentido de uma proposição dependeria da verdade de outra proposição. Mas, caso o sentido fosse dependente do valor de verdade, não seria possível traçarmos figurações do mundo, i.e., a linguagem não seria possível. Apesar de ser um dos poucos momentos no texto onde Wittgenstein fornece uma justificação para uma de suas afirmações, disso não se segue que o argumento da substância seja menos misterioso do que as outras declarações contidas na obra. Por que a independência entre o sentido e o valor de verdade das proposições garante o fato da linguagem? E por que o sentido só pode ser independente do valor de verdade caso o mundo tenha substância? Qual seria a relação entre ontologia e teoria da linguagem? Dado que o conceito de substância aparece como o fundamento último para a teoria da linguagem apresentada no *Tractatus*, a resposta para essas perguntas envolve uma investigação a respeito do motivo pelo qual Wittgenstein afirma que os objetos constituem a substância do mundo. Isso é o mesmo que se perguntar sobre o que confere aos objetos o estatuto ontológico de substância.

Palavras-Chave: Substância, Teoria Pictórica da Linguagem, Wittgenstein.

ABSTRACT

DE PAULA CARVALHO, Lorrany. *O mais puro cristal: a natureza dos objetos como substância do mundo no Tractatus Logico-Philosophicus*. 2024. 102 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

The aim of this dissertation is to investigate why simple objects must constitute the substance of the world in Ludwig Wittgenstein's *Tractatus Logico-Philosophicus*. The work of the early Wittgenstein is known for its enigmatic nature; its passages resemble aphorisms, and therefore there are hardly any justifications for what is asserted. However, this scenario undergoes a change with the introduction of what became known in *Tractatus* literature as the argument of substance (T 2.0211-12). The argument, through a reduction ad absurdum, expresses that if the world lacked substance, the meaning of a proposition would depend on the truth of another proposition. But, if meaning were dependent on truth value, it would not be possible to depict the world, i.e., language would not be possible. Although it is one of the few moments in the text where Wittgenstein provides a justification for one of his claims, it does not follow that the argument of substance is less mysterious than the other statements contained in the work. Why does the independence between the meaning and the truth value of propositions guarantee the fact of language? And why can meaning only be independent of truth value if the world has substance? What would be the relationship between ontology and the theory of language? Given that the concept of substance appears as the ultimate foundation for the theory of language presented in the *Tractatus*, the answer to these questions involves an investigation into why Wittgenstein asserts that objects constitute the substance of the world. This is the same as asking what confers upon objects the ontological status of substance.

Keywords: Substance, Pictorial Theory of Language, Wittgenstein.

INTRODUÇÃO

Leituras realistas do *Tractatus Logico-Philosophicus* afirmam que o principal objetivo da obra é apresentar uma teoria da linguagem que explique qual seria a relação existente entre linguagem e realidade¹. A fim de responder essa questão, Wittgenstein desenvolve o que ficou conhecido como a teoria pictórica do significado. Segundo essa teoria: “a proposição é uma figuração da realidade” (T 4.021). O poder representacional da proposição advém do fato da proposição ser uma figuração. Toda proposição significativa é um modelo da realidade, de modo que “a figuração concorda ou não com a realidade; é correta ou incorreta, verdadeira ou falsa” (T 2.21).

Mas, a linguagem só pode descrever a realidade porque existe algo em comum entre elas: ambas compartilham a mesma forma de afiguração (*Form der Abbildung*). Essa tese é enunciada respectivamente em T 2.17 e T 2.171: “o que a figuração deve ter em comum com a realidade para poder afigurá-la à sua maneira – correta ou falsamente – é a sua forma de afiguração” e “a figuração pode afigurar toda realidade cuja forma ela tenha.”

O compartilhamento de formas entre linguagem e realidade, que permite que a primeira possa descrever a segunda, é chamado de isomorfismo. Mas esse compartilhamento é possível devido à relação de correspondência e substituição entre os elementos da figuração e as coisas na realidade². É porque “os elementos da figuração substituem nela os objetos” (T 2.131) que após a correlação entre os elementos da figuração e as coisas, o modo como os elementos da figuração estão organizados representa como as coisas podem estar na realidade (T 2.15). Em última instância, a figuração pode representar a realidade porque “a forma de afiguração é a possibilidade de que as coisas estejam umas para as outras tal como os elementos da figuração.” (T 2.151).

1 Consideramos como realistas os comentadores que defendem que, apesar do conteúdo do *Tractatus* ser inefável – i.e., algo que não pode ser expresso por proposições significativas -, as pseudoproposições da obra revelam a estrutura essencial da linguagem e da realidade. Dentre seus principais intérpretes, destacam-se Max Black, Elizabeth Anscombe, Norman Malcolm, David Pears e Peter Hacker.

2 É importante ressaltar que cada elemento da figuração substitui apenas um objeto na realidade; a relação de correspondência e substituição é de “um para um”. Além disso, os nomes substituem as coisas na proposição, mas a recíproca não é válida: na realidade, as coisas não substituem os nomes.

A partir desse breve resumo da teoria pictórica podemos observar que no *Tractatus*, a significatividade da linguagem é explicada devido à relação existente entre linguagem e realidade. Nesse sentido, a explicitação da essência da linguagem coincide com a tarefa de elucidar como a linguagem pode representar a realidade. Isso significa que o *Tractatus* possui preocupações linguísticas que dizem respeito ao que a linguagem deve satisfazer para ter sentido e também preocupações ontológicas que dizem respeito a como o mundo deve ser para que ele possa ser representado pela linguagem. Ou seja, a ontologia da obra também possui um papel semântico. É por essa razão que encontramos na ontologia do *Tractatus* um conceito que serve como fundamento para a sua teoria da linguagem: o conceito de objeto simples, que constitui a substância do mundo.

A ontologia, o discurso sobre o Ser, pode ser considerada uma das tarefas mais importantes da filosofia. Seu objetivo é descrever o que existe de mais fundamental no mundo, aquilo que é necessário, aquilo que permanece para além de toda a mudança. E as primeiras páginas do *Tractatus* se dedicam exatamente a uma exposição do que é o mundo e quais são os constituintes últimos da realidade.

O texto é inaugurado com a afirmação de que “o mundo é tudo que é o caso” (T 1). De forma geral, a ontologia do *Tractatus* pode ser resumida da seguinte maneira: o mundo é a totalidade dos fatos, fatos são combinações de objetos. Por sua vez, os objetos são entidades especiais que possuem duas características essenciais: objetos são simples e possuem forma. Outra peculiaridade relativa à natureza dos objetos é que Wittgenstein os considera como constituindo a substância do mundo. Nesse contexto, o conceito de substância no *Tractatus* é considerado a base da ontologia apresentada pela obra.

No entanto, o conceito de substância desempenha um papel fundamental no *Tractatus* como um todo. Esse conceito não serve apenas como a base da ontologia tractatiana, mas também fundamenta a teoria da linguagem apresentada por Wittgenstein. Os objetos são os constituintes últimos da realidade; objetos são a base de tudo o que é o caso no mundo, na medida em que os objetos são os constituintes de todo e qualquer fato. Além disso, por serem o significado dos nomes, os objetos também são a base da linguagem.

Veremos que o conceito de objeto se revela como o fundamento último da teoria da linguagem apresentada no *Tractatus*, uma vez que é o conceito de objeto que garante o caráter determinado do sentido da proposição. A meu ver, não é mera coincidência que a justificação para a existência da substância seja fundamentada no texto por meio de uma tese sobre a linguagem. O momento em que Wittgenstein enuncia a existência da substância do mundo ficou conhecido na literatura tractatiana como o argumento da substância. Esse argumento, formado por apenas duas passagens, mostra que a existência dos objetos é uma consequência do fato da linguagem.

O *Tractatus* é conhecido por ser repleto de afirmações dogmáticas, quase oraculares, que são apresentadas sem uma argumentação explícita para sustentar suas teses. Contudo, o argumento da substância é um dos raros argumentos existentes no *Tractatus*. Wittgenstein afirma que o mundo deve ter uma substância, caso contrário seria impossível traçar figurações do mundo, visto que o sentido de uma proposição dependeria da verdade de outra proposição. Por um *reductio ad absurdum*, Wittgenstein demonstra que a substância do mundo (os objetos) deve existir para que a linguagem seja significativa. A linguagem é significativa, logo, existem objetos que são a substância do mundo. A partir desse argumento podemos afirmar que a substância do mundo é uma condição de possibilidade do discurso significativo.

O argumento nos informa que se a substância não existisse, o sentido de uma proposição dependeria da verdade de outra proposição. Contudo, o *Tractatus* não vincula o sentido proposicional ao valor de verdade; caso houvesse uma dependência entre sentido e valor de verdade, a linguagem não seria possível. Mas, apenas com o argumento, não podemos saber o motivo pelo qual Wittgenstein afirma a impossibilidade da linguagem, caso o sentido de uma proposição dependesse do valor de verdade de outra. Neste ponto, é importante extrapolar o argumento para antecipar uma das teses mais fundamentais do *Tractatus*: a independência do sentido da proposição em relação ao seu valor de verdade e ao valor de verdade de qualquer outra proposição.

Por outro lado, a independência entre sentido e valor de verdade é garantida pelo fato de que toda proposição possui sentido determinado. A total determinação do

sentido proposicional é um princípio basilar para o *Tractatus*, sendo um dos pontos de partida da obra. Dentro dessa perspectiva, a noção de substância é mobilizada para assegurar o requisito da determinabilidade do sentido. Isso significa que a determinação do sentido da proposição se fundamenta na existência da substância. A substância do mundo garante que possamos compreender o sentido da proposição diretamente, assegurando a independência entre o sentido e o valor de verdade das proposições³.

A proposição só tem sentido determinado porque ela é formada por nomes que denotam objetos. Essa relação de denotação entre nomes e objetos estabelece a ligação entre a linguagem e a realidade, permitindo que a primeira descreva a segunda. Portanto, a substância do mundo emerge como o elemento mais fundamental na explicação da teoria da linguagem de Wittgenstein. É dessa maneira que a noção de substância se revela essencial tanto para a ontologia quanto para a teoria da linguagem do *Tractatus*.

Devido à importância do conceito de objeto para o arcabouço conceitual do *Tractatus*, o principal objetivo desta dissertação é analisar a natureza dos objetos tractatianos enquanto substância do mundo. Para compreender a natureza substancial dos objetos, é crucial voltarmos nossa atenção para as passagens que constituem o argumento da substância, visando entender por qual motivo só podemos traçar figurações da realidade se os objetos constituírem a substância do mundo. Qual seria a relação existente entre objetos e figurações?

Para uma compreensão detalhada do motivo pelo qual os objetos devem ser o elo entre a linguagem e a realidade é necessário entender por que, para Wittgenstein, os objetos constituem a substância do mundo. Essa compreensão envolve entender como os objetos asseguram a possibilidade do discurso significativo. Dessa forma, a compreensão do motivo pelo qual os objetos são o elo entre a linguagem e a realidade depende da compreensão do conceito de substância: por que os objetos devem ser a substância do mundo? Visando elucidar essa questão a presente dissertação divide-se em três capítulos.

3 Na introdução e ao longo deste trabalho, o termo "proposição" é usado para se referir à "proposição elementar". Quando abordarmos o outro tipo de proposição no *Tractatus*, nos referiremos a ela como "proposição molecular".

O primeiro capítulo começa com uma discussão sobre o *status* das próprias proposições do *Tractatus*. Nesta introdução, afirmamos que o *Tractatus* tem teses e argumentos. No entanto, é necessário destacar uma discussão preliminar que questiona se é possível afirmar que o *Tractatus* possui teses ou argumentos. A dificuldade reside na concepção do que constitui uma proposição com sentido, apresentada pelo *Tractatus*, a qual classifica as próprias proposições da obra como sendo absurdas. Na verdade, as passagens da obra parecem ser proposições genuínas, mas são pseudoproposições absurdas que nada dizem. Surge então a questão: como um texto que aparentemente não comunica nada pode oferecer algo de positivo ao leitor?

Outra dificuldade abordada no primeiro capítulo, intimamente relacionada ao *status* das proposições do *Tractatus*, diz respeito ao fato de Wittgenstein afirmar que a filosofia não é uma teoria e, portanto, não há proposições filosóficas. No entanto, como uma obra que sustenta esse caráter da filosofia pode apresentar qualquer tipo de teoria, como de fato o *Tractatus* parece fazer?

É importante ressaltar que não buscamos fornecer uma resposta definitiva para esses problemas. Essas dificuldades parecem estar intrinsecamente ligadas ao próprio projeto do *Tractatus*. No entanto, dado que muitos intérpretes realistas são utilizados para abordar as questões neste texto, é crucial discutir essas dificuldades que são verdadeiramente problemáticas para os realistas, uma vez que eles afirmam que o objetivo do *Tractatus* é apresentar uma teoria da linguagem.

Após a discussão dessas dificuldades, apresentamos a ontologia do *Tractatus*, ainda no capítulo I, focando em uma das características essenciais dos objetos: a sua forma. Mas além de terem forma, os objetos têm uma outra característica essencial: os objetos são simples. O segundo capítulo trata sobre a simplicidade dos objetos e sobre alguns pressupostos envolvidos no argumento da substância. Esse argumento é mobilizado num contexto de três passagens que tratam sobre a simplicidade dos objetos. Por isso, o foco do segundo capítulo é analisar cinco passagens, incluindo as duas que compõem o argumento da substância, a fim de entender as relações existentes entre as passagens que tratam sobre a noção de simplicidade dos objetos e o argumento. As seguintes passagens serão analisadas:

2.02 O objeto é simples.

2.0201 Todo enunciado sobre complexos pode-se decompor em um enunciado sobre as partes constituintes desses complexos e nas proposições que os descrevem completamente.

2.021 Os objetos constituem a substância do mundo. Por isso não podem ser compostos.

2.0211 Se o mundo não tivesse substância, ter ou não ter sentido uma proposição dependeria de ser ou não verdadeira uma outra proposição.

2.0212 Seria então impossível traçar uma figuração do mundo (verdadeira ou falsa).

O objetivo central do capítulo II é precisar por que o argumento da substância aparece no contexto em que Wittgenstein fala sobre a simplicidade dos objetos. Esse capítulo apenas introduz o argumento, que será detalhado de maneira mais abrangente no capítulo III. Por fim, o terceiro capítulo visa reconstruir o argumento da substância passo a passo, a fim de precisar o que Wittgenstein visa expressar ao afirmar que os objetos constituem a substância do mundo, i.e., o que significa atribuir substancialidade aos objetos? A resposta a essa pergunta deve explicar por qual motivo os objetos são o fundamento último da teoria da linguagem apresentada por Wittgenstein no *Tractatus*.

I. AS RELAÇÕES EXISTENTES ENTRE ONTOLOGIA E TEORIA DA LINGUAGEM

1. O paradoxo tractatiano

Começaremos este capítulo refletindo um pouco mais detidamente acerca do que se compreende, nos quadros de uma interpretação realista do *Tractatus*, como sendo o paradoxo tractatiano. É importante abordarmos essa questão antes de passarmos para uma análise da ontologia da obra e do argumento da substância porque a forma como as leituras realistas interpretam o *Tractatus* acaba explicitando uma dificuldade inerente entre as próprias passagens da obra e aquilo que essas passagens pretendem significar. Nosso objetivo é reconstruir o paradoxo mostrando como essa dificuldade é resultado da própria concepção de sentido da proposição, abordada na teoria da figuração, juntamente com a concepção apresentada no *Tractatus* sobre a natureza da filosofia.

Podemos começar a delimitar o que é o paradoxo tractatiano fazendo uma contraposição entre o modo como a leitura realista compreende o projeto geral da obra e como Wittgenstein entende o papel da filosofia. Segundo a interpretação realista, o *Tractatus* apresenta uma teoria da linguagem que visa explicitar as condições de possibilidade do discurso significativo. Uma das consequências dessa teoria é que apenas as proposições bipolares são significativas. Toda proposição significativa deve poder ser verdadeira e deve poder ser falsa, i.e., toda proposição significativa é contingente.

No entanto, o modo como o *Tractatus* concebe a natureza da filosofia parece entrar em conflito com a maneira como as interpretações realistas entendem o projeto geral da obra. Segundo Wittgenstein, a filosofia não é uma teoria e o seu resultado não são proposições filosóficas (T 4.112). Mas se a filosofia não é uma teoria, como as proposições do *Tractatus* podem apresentar uma teoria que explica a significatividade da linguagem apelando para a relação existente entre linguagem e realidade? No *Tractatus*, a filosofia é excluída do campo da teoria porque as “proposições” filosóficas não cumprem com as condições necessárias que algo deve satisfazer para ser considerado uma proposição com sentido. No entanto, são as próprias

“proposições” filosóficas da obra que apresentam quais seriam essas condições. Mas como “proposições” que não cumpre com as condições de significatividade pode comunicar algo?

A dificuldade é que a própria concepção do que é uma proposição significativa fornecida pela teoria da linguagem de Wittgenstein coloca o *Tractatus* em cheque. Pois, se apenas as proposições contingentes são significativas, qual seria o estatuto das proposições que versam sobre as condições de possibilidade do sentido? i.e., qual seria o estatuto das próprias proposições que compõem o *Tractatus*? A resposta para essa questão é exposta explicitamente na penúltima passagem da obra, onde Wittgenstein afirma que quem o entende, acaba por reconhecer que as suas proposições são absurdas (*unsinnig*).

O problema é que é a própria teoria do sentido expressa no *Tractatus* que possibilita que o leitor reconheça as proposições da obra como absurdas. Mas, se essa teoria é expressa pelas proposições absurdas do *Tractatus*, podemos fazer a seguinte questão: como proposições absurdas poderiam expressar algo? O chamado paradoxo tractatiano consiste justamente nessa dificuldade.

A leitura realista tenta contornar essa dificuldade apelando para o difícil par conceitual “dizer x mostrar”. As “proposições” que compõem o *Tractatus* são pseudoproposições absurdas que não dizem nada, mas mostram algo. Essas pseudoproposições nos permitem ver o mundo corretamente (T 6.54). De acordo com a leitura realista, o conteúdo do *Tractatus*, que nos permite ver a estrutura essencial da linguagem e da realidade, não pode ser expresso por proposições, mas se mostra. Agora, a dificuldade volta-se para a seguinte questão: como esse conteúdo se mostra? Para escapar dessas dificuldades surgiram outras linhas de leituras do *Tractatus*, como a leitura antimetafísica e a leitura resoluta.

A leitura antimetafísica se opõe à leitura realista ao negar que o objetivo do *Tractatus* seja fornecer uma teoria que explique como a linguagem pode representar a

realidade ao apelar para um isomorfismo que é fundamentado na existência de objetos simples. Os intérpretes antimetafísicos como Rush Rhees, Peter Winch, Hide Ishiguro e Brian McGuinness contestam essa explicação, afirmando que o *Tractatus* não tenta inferir características do mundo a partir da linguagem. A crítica dos antimetafísicos aos intérpretes realistas é a seguinte: a explicação de que a significatividade da linguagem se fundamenta na existência de objetos simples, que não são produtos da linguagem e do pensamento, desrespeita a advertência de Wittgenstein feita no prefácio do *Tractatus*. No prefácio, Wittgenstein afirma que os limites da linguagem devem ser traçados de maneira interna à própria linguagem. Se o objetivo do *Tractatus* fosse expor a estrutura metafísica do mundo como o fundamento para a significatividade da linguagem, conforme propõe a leitura realista, Wittgenstein não estaria traçando os limites da linguagem internamente, uma vez que os supostos objetos que são o significado dos nomes são compreendidos como entidades extralinguísticas.

Os antimetafísicos defendem que "Wittgenstein as engaged in a form of logical investigation whose aim is to lay bare how the expressions of our language function"⁴. É porque objetivo do *Tractatus* é apenas fornecer elucidações sobre como as expressões da linguagem funcionam que os antimetafísicos podem afirmar que a tarefa do *Tractatus* é realizada de maneira interna à linguagem. Além disso, essa tese antimetafísica coincide com as afirmações de Wittgenstein sobre a filosofia: a filosofia não é uma teoria; seu papel é apenas o esclarecimento lógico dos pensamentos através de elucidações sobre a linguagem⁵.

Além da leitura antimetafísica, existe a leitura resoluto, que também surge como uma alternativa às tensões que envolvem as leituras realistas. Os resolutos, em certo sentido, podem ser classificados como antimetafísicos, na medida em que ambas as leituras discordam que o *Tractatus* apresenta uma teorização metafísica sobre a relação entre a linguagem e a realidade. Mas, a leitura antimetafísica afirma que o *Tractatus* apresenta "insights positivos sobre como nossa linguagem funciona"⁶.

4 McGinn, Marie (2006). *Elucidating the Tractatus: Wittgenstein's early philosophy of logic and language*. New York: Oxford University Press, p. 4.

5 Mais adiante, ainda neste capítulo, dedicamos nossa atenção à concepção do *Tractatus* a respeito da natureza da filosofia.

6 Essa expressão é usada por McGinn em *Elucidating the Tractatus: Wittgenstein's early philosophy of logic and language*. New York: Oxford University Press, p. 6.

Enquanto isso, a leitura resoluta, cujos principais intérpretes são Cora Diamond e James Conant, defende que o *Tractatus* tem objetivos puramente terapêuticos. Os resolutos destacam o caráter antiteórico do *Tractatus*, levando às últimas consequências a afirmação de Wittgenstein de que a filosofia não é uma teoria. Além disso, esses intérpretes também levam às últimas consequências o fato de Wittgenstein afirmar que as proposições do *Tractatus* são absurdas. Ao combinar esses dois pontos, conclui-se que não há qualquer tarefa filosófica positiva no *Tractatus*. Marie McGinn em *Elucidating the Tractatus* explica de maneira sucinta a ideia central da leitura resoluta:

The defining idea of the resolute reading of Wittgenstein's early work is that to read the *Tractatus* properly, as Wittgenstein intends us to read it, is to recognize that its sole aim is to expose philosophical nonsense as nonsense. Furthermore, it is to recognize that Wittgenstein's critique of philosophy is not mounted from the perspective of a commitment to a theory of what constitutes sense or nonsense, but is pursued piecemeal, in a way that has often been taken as distinctive of his later work.⁷

O projeto do *Tractatus* é considerado puramente terapêutico pela leitura resoluta, pois o único propósito das declarações aparentemente metafísicas da obra é mostrar ao leitor a impossibilidade de significar tais passagens. Em outras palavras, as declarações sobre a suposta relação entre linguagem e realidade têm como objetivo mostrar ao leitor que essas afirmações são simplesmente absurdas. Ao enfatizar o caráter antiteórico do *Tractatus*, os resolutos não precisam explicar como pseudoproposições absurdas poderiam "comunicar" uma teoria que explica como a linguagem pode representar a realidade.

É importante ressaltar que partimos do ponto de vista da interpretação realista, apesar da dificuldade decorrente do paradoxo tractatiano e das críticas feitas pelas outras leituras. Isso se deve ao fato de que os realistas conseguem explicar por que há passagens ontológicas no livro, ao compreender a ontologia do *Tractatus* como o fundamento da teoria da linguagem apresentada pela obra. Endossamos a interpretação realista por causa do peso que essa interpretação dá as passagens ontológicas. A ontologia tractatiana é importante para a presente dissertação na medida em que nosso

⁷ McGinn, Marie (2006). *Elucidating the Tractatus: Wittgenstein's early philosophy of logic and language*. New York: Oxford University Press, p. 9.

objetivo principal é analisar por qual motivo Wittgenstein afirma que os objetos constituem a substância do mundo. A vantagem da leitura realista, apesar de seus problemas intrínsecos, é que essa interpretação consegue aproveitar muito mais a extensão do texto escrito por Wittgenstein do que as outras interpretações do *Tractatus*. Isso ocorre porque os antimetafísicos descartam a ontologia da obra, enquanto os resolutos descartam quase todo o conteúdo do livro ao afirmar que seu objetivo é puramente terapêutico⁸.

A seguir, precisaremos mais detalhadamente como o paradoxo surge no *Tractatus*. Como já afirmamos, essa dificuldade é uma consequência da caracterização do que constitui uma proposição significativa juntamente com a concepção de Wittgenstein sobre qual seria a tarefa da filosofia. Em última instância o paradoxo é uma consequência da teoria da linguagem apresentada pelo *Tractatus*. Essa teoria, por sua vez, fundamenta o caráter anti-teorético da filosofia. Mas, para entendermos essa teoria, precisamos antes entender o projeto geral da obra.

2. O projeto geral do *Tractatus* e a natureza da filosofia

O prefácio do *Tractatus* afirma que a formulação dos problemas filosóficos repousa sobre o mau entendimento da lógica da nossa linguagem. Ainda no prefácio, Wittgenstein afirma ter resolvido, no essencial, esses problemas. De alguma maneira, a investigação responsável por revelar a lógica da nossa linguagem tem como resultado a resolução dos problemas filosóficos, de tal modo que o bom entendimento da lógica da nossa linguagem permite a resolução de tais problemas. Mas qual seria o caminho para uma boa compreensão da lógica da nossa linguagem?

A fim de revelar essa lógica, o *Tractatus* se compromete com uma investigação cujo objetivo é traçar um limite para a expressão dos pensamentos. Sabemos que os pensamentos são conteúdos proposicionais, pois em T 4 é afirmado que “o pensamento é a proposição com sentido”. Dessa forma, traçar um limite para a expressão dos

⁸ A única parte do *Tractatus* que os resolutos não descartam são as passagens consideradas o *framework* da obra.

pensamentos é o mesmo que traçar um limite para a proposição, i.e., traçar um limite para a linguagem. O *Tractatus* realiza uma crítica da linguagem tendo como principal objetivo a determinação dos seus limites⁹. Um dos principais *slogans* da obra resume bem o que seria esse objetivo. Esse *slogan* entra em cena já no prefácio, com o aviso de Wittgenstein de que todo o sentido do livro pode ser capturado pelas seguintes palavras: “o que se pode em geral dizer, pode-se dizer claramente; e sobre aquilo de que não se pode falar, deve-se calar”.

Tal slogan ilustra bem que a tarefa de traçar um limite para a expressão dos pensamentos é análoga a tarefa de delimitar o que pode ser dito através da linguagem. Entretanto, nesse momento é válido abordarmos uma ressalva feita por Wittgenstein. A tarefa de traçar os limites para a expressão dos pensamentos deve ser interna à linguagem, na medida em que não podemos saber o que se encontra do outro lado desse limite. Para saber o que se encontra do outro lado do limite, deveríamos pensar o impensável. A questão é que não temos acesso aos dois lados do limite, por isso o limite deve ser traçado “de dentro da linguagem”. Mas a realização dessa tarefa só é possível devido ao caráter transcendental da investigação empreendida no *Tractatus*. Uma investigação é considerada transcendental na medida em que busca elencar as condições de possibilidade de algo.

A possibilidade de traçar os limites da linguagem sem “sair da linguagem” é garantida pela forma como a pergunta central do *Tractatus* é formulada. A pergunta feita por Wittgenstein versa sobre quais condições devem ser necessariamente satisfeitas para que proposições com sentido possam se constituir. Tais condições são responsáveis pela formação de toda e qualquer proposição significativa, e por isso constituem a essência da proposição. Dessa forma, a investigação que visa explicitar a lógica da nossa linguagem coincide com a investigação que pretende revelar a natureza, a essência da proposição.

A explicitação dessas condições nos permite identificar tudo que precisa ser satisfeito para a constituição de uma proposição com sentido, e caso algo não cumpra com uma dessas condições, podemos excluí-lo do campo do sentido, e de acordo com

9 A ideia de crítica é expressa em 4.0031: “toda filosofia é “crítica da linguagem”. (Todavia, não no sentido de Mauthner.). O mérito de Russel é ter mostrado que a forma lógica aparente da proposição pode não ser sua forma lógica real.”

o *slogan* tractatiano, devemos nos calar sobre isso. Em suma, os limites da linguagem só podem ser traçados internamente à linguagem devido à investigação transcendental empreendida pela obra. Erik Stenius é a principal voz que compreende a investigação do *Tractatus* como sendo uma investigação transcendental¹⁰.

Apesar de anunciar a resolução dos problemas filosóficos, no essencial. Wittgenstein afirma que a resolução de tais problemas importa pouco. Essa pouca importância advém do fato de que a resolução dos problemas filosóficos é uma espécie de dissolução desses problemas. Ao saber o que algo deve satisfazer para ser considerado uma proposição significativa, podemos excluir do campo do sentido tudo o que não cumprir com essas condições de significatividade. O que Wittgenstein “denuncia” no *Tractatus* é que as “proposições” da filosofia não cumprem com essas condições. Tais “proposições” até parecem significativas, mas a compreensão da lógica da nossa linguagem revela que as “proposições” da filosofia são pseudoproposições vazias de sentido.

É por causa desse diagnóstico que o *Tractatus* concebe a filosofia como uma atividade que visa o esclarecimento lógico dos pensamentos. A consequência dessa concepção é que a filosofia não é uma teoria. A seguir, apresentaremos essa concepção de filosofia anuída por Wittgenstein. Precisamos definir qual é a noção de filosofia existente no *Tractatus* para, enfim, tratarmos mais detalhadamente sobre o paradoxo tractatiano, já abordado, em linhas gerais, no início deste capítulo.

De acordo com Wittgenstein, a filosofia não produz nenhuma teoria, seu papel é o de promover elucidações: “o resultado da filosofia não são proposições filosóficas, mas é tornar as proposições claras” (T 4.112). A filosofia não descreve nada e por isso não deve ser considerada como uma teoria, seu único fim é o esclarecimento lógico dos pensamentos (T 4.112). O objetivo da filosofia é apenas explicitar a lógica da nossa linguagem para impedir que o filósofo tente formular questões sobre aquilo que não pode ser dito¹¹. A passagem 4.003 trata diretamente sobre o interdito que deve ser

10 Stenius, Erik (1960). Wittgenstein's Tractatus. Oxford,: Blackwell, p. 214 – 222.

11 É importante destacar que a tarefa clarificatória de tornar as proposições claras não é empreendida no *Tractatus*. A tarefa clarificatória, entendida como o papel da filosofia, é algo que só pode ser realizada após a explicitação dos limites da linguagem. Tal explicitação é condição de possibilidade da tarefa clarificatória, na medida em que a explicitação das condições de possibilidade da linguagem delimita o que algo deve satisfazer para ter sentido. Mas, a explicitação dos limites do sentido não deve ser

direcionado ao filósofo: “a maioria das proposições e questões que se formulam sobre temas filosóficos não são falsas, mas contra-sensos. Por isso, não podemos de modo algum responder a questões dessa espécie, mas apenas estabelecer seu caráter de contra-senso. A maioria das questões e proposições dos filósofos provém de não entendermos a lógica da nossa linguagem”.

De posse de um bom entendimento da lógica da nossa linguagem, o papel de Wittgenstein enquanto filósofo seria o de indicar que ao romper com as condições de significatividade da linguagem, o filósofo que visa expressar o necessário através de suas proposições acaba não significando nada. Ao analisar a história da filosofia, podemos conceber que os filósofos, em geral, descrevem uma certa realidade metafísica através de seus trabalhos. O ponto de Wittgenstein com a sua concepção de filosofia como tarefa clarificatória dos pensamentos é que se a filosofia não é teórica, o seu objetivo não pode ser a formulação de proposições acerca de algo, mesmo que esse algo seja uma realidade metafísica. Dizer que não há “proposições filosóficas” implica dizer que não há proposições metafísicas sobre a estrutura última da realidade. Isso significa que a filosofia não é uma teoria que produz “proposições filosóficas” sobre o mundo.

A concepção de filosofia adotada por Wittgenstein reforça a ideia afirmada no prefácio segundo a qual os problemas filosóficos repousam sob a má compreensão da lógica da nossa linguagem. Entretanto, é importante ressaltar que o interdito direcionado a maioria das questões dos filósofos segue-se da concepção de linguagem apresentada no *Tractatus*. Essa concepção fornece uma espécie de fundamento para a tese segundo a qual a filosofia não é uma teoria.

A investigação que visa explicitar as condições de possibilidade do discurso significativo culmina no que ficou conhecido como a teoria pictórica do significado. Segundo essa teoria, a linguagem tem como função primária e essencial a capacidade de representar a realidade. No *Tractatus*, toda proposição significativa é um modelo da realidade. A proposição é um modelo da realidade na medida em que é a realidade que

confundida com a própria tarefa clarificatória da filosofia. Hacker é a principal voz que defende a existência de uma separação entre o que Wittgenstein faz no *Tractatus* e o que ele afirma ser o papel da filosofia. O que Wittgenstein faz no *Tractatus* permite a concepção de filosofia enquanto tarefa clarificatória que só pode ser empreendida pós-*Tractatus*.

torna a proposição verdadeira ou falsa: “a realidade deve, por meio da proposição, ficar restrita a um sim ou não” (T 4.023).

A tarefa do *Tractatus*, a partir da sua concepção de filosofia, é indicar ao filósofo o caráter de contrassenso das suas questões justamente porque as “proposições” dos filósofos não cumprem com as condições que devem ser necessariamente satisfeitas para a constituição de proposições significativas. As “proposições” filosóficas não restringem a realidade a um sim ou não, e por isso, não são modelos da realidade. O filósofo visa enunciar o que é necessariamente verdadeiro, e por isso a realidade não tem o poder de tornar as suas proposições nem verdadeiras e nem falsas.

É essencial que toda proposição significativa possa ser verdadeira e possa ser falsa, i.e., toda proposição significativa é bipolar. A bipolaridade distingue as proposições significativas (*sinnvoll*) das proposições sem sentido (*sinnlos*). As proposições sem sentido são aquelas que são sempre verdadeiras ou sempre falsas, i.e., as tautologias e contradições. Tais proposições são corretas do ponto de vista do simbolismo. No entanto, elas não descrevem nada e por isso são vazias de sentido.

As tautologias e contradições não descrevem nada porque tais proposições não são contingentes, i.e., essas proposições não projetam modelos de estados de coisas. Segundo a teoria pictórica do significado apenas as proposições contingentes são significativas. A consequência inevitável dessa teoria é que não é possível compatibilizar sentido e necessidade. É por isso que as proposições dos filósofos são consideradas contrassensos (*unsinnig*)¹².

Ao destacar o caráter anti-teorético da filosofia, Wittgenstein ressalta que a filosofia não é um conjunto de proposições verdadeiras sobre o mundo; a filosofia falha na sua pretensão de ser um corpo teórico de proposições. Na medida em que essa pretensão malogra, o que resta para a filosofia é ser concebida como uma atividade. Após a tarefa negativa de dizer o que a filosofia não é, Wittgenstein fornece a sua concepção positiva de filosofia: a filosofia é uma atividade de esclarecimento lógico dos pensamentos.

12 Esta dissertação frequentemente se refere aos contrassensos como pseudoproposições absurdas.

Mas se Wittgenstien critica a filosofia enquanto corpo teórico justamente porque não é possível compatibilizar sentido e necessidade no *Tractatus*, como é possível afirmar a existência de teorias na obra? Wittgenstein só pode afirmar que resolveu, no essencial, os problemas filosóficos por causa da sua concepção do que é uma proposição significativa. Mas o que fornece essa definição é a teoria pictórica do significado. Agora podemos delinear a seguinte dificuldade: como uma obra que nega que a filosofia seja teórica pode apresentar teorias filosóficas? Além disso, parece que o *Tractatus* só pode concluir o caráter antiteórico da filosofia depois de ter apresentado muitas teorias. Wittgenstein só pode afirmar que os problemas filosóficos repousam na má compreensão da lógica de nossa linguagem devido à concepção apresentada pelo *Tractatus* sobre o que caracteriza uma proposição com sentido, ou seja, devido à teoria pictórica do significado.

Diante desse problema podemos fazer a seguinte pergunta: por que o mesmo livro que afirma a resolução de todos os problemas filosóficos começa com uma exposição da tarefa mais fundamental da filosofia, a saber, a explicitação de uma doutrina do Ser? Poderiam objetar que a ontologia do *Tractatus* faz parte do caminho para a resolução dos problemas filosóficos. Isso de fato é assim, como veremos no decorrer desta dissertação. No entanto, uma questão ainda permanece, como é possível que Wittgenstein afirme que a filosofia não é uma teoria e, ainda assim, elabore um discurso (uma teoria) sobre o Ser?

A filosofia enquanto atividade de esclarecimento lógico dos pensamentos é responsável pela resolução dos problemas filosóficos. Mas, com essa resolução não acabaria também toda a filosofia? Acabaria, pelo menos, com a filosofia entendida como o discurso que tenta compatibilizar sentido e necessidade. Se isso deveria ser assim, por que Wittgenstein inicia o *Tractatus* falando sobre a substância do mundo? Como reconciliar o prefácio do livro com a sua ontologia?

Na verdade, grande parte do livro precisa ser reconciliado com o prefácio, e não só a ontologia. O resultado da explicitação das condições de possibilidade do sentido proposicional determina que só as proposições contingentes têm sentido. O grande problema do *Tractatus* é que as próprias “proposições” contidas no livro são absurdas. Na medida em que as “proposições” que explicitam as condições de

possibilidade do sentido não são elas mesmas contingentes. O *Tractatus* rompe com as condições de significatividade da linguagem ao tentar dizer o que não pode ser dito, e a tentativa de expressar o necessário através da linguagem resulta nas pseudoproposições da obra. É essa dificuldade que chamamos de “paradoxo tractatiano”. Hacker tenta superar essa dificuldade afirmando que os absurdos tractatianos não são meros absurdos, mas sim absurdos esclarecedores que tentam dizer o que só pode ser mostrado. Em contrapartida, Cora Diamond e James Conant discordam de Hacker, argumentando que não se pode quantificar o absurdo. Em um dos trechos do conhecido artigo “Was he trying to whistle it?”, Hacker apresenta a perspectiva da leitura resoluta, colocando-se imediatamente contra essa leitura:

On their interpretation, there is nothing that the nonsensical pseudo-propositions of the *Tractatus* are trying to say, for one cannot mean something that cannot be said. But is this what Wittgenstein thought? Since Diamond and Conant allow reference to the ‘nonsensical’ remarks of *Tractatus* 4.126–4.1272, 5.473 and 5.4733, it is presumably equally legitimate to refer to related passages in the attempt to fathom Wittgenstein’s intentions. If we do so, it is immediately evident that he did think that one can mean something that cannot be said, but rather expresses itself in a different way, viz. is shown by features of our language. Moreover, he insisted, we can apprehend, indeed, can see some things which are thus meant but cannot be said.¹³

A crítica de Hacker à leitura resoluta questiona como os resolutos podem selecionar certas passagens do *Tractatus* para apoiar sua interpretação¹⁴. Se a leitura resoluta afirma que Wittgenstein não pretende comunicar nada com as suas pseudoproposições, de que modo os resolutos podem recorrer ao *framework* como suporte para sua interpretação, se esse *framework* é composto por algumas das pseudoproposições absurdas que compõem o *Tractatus*? A crítica de Hacker é que, pelo menos, as passagens que compõem o *framework* deveriam comunicar algo, já que essas passagens são usadas como chave de leitura para a interpretação resoluta. No entanto, essas passagens não podem comunicar nada, pois são pseudoproposições absurdas. A crítica de Hacker pergunta sobre por qual motivo o *framework* resoluto deveria se distinguir das outras pseudoproposições da obra.

13 Hacker, P. M. S. (2000). Was he trying to whistle it? In Alice Crary & Rupert J. Read (eds.), *The New Wittgenstein*. Routledge, p. 368.

14 As passagens do *Tractatus* citadas neste trecho do texto de Hacker são consideradas o “framework” da leitura resoluta. Os resolutos usam as passagens que compõem o “framework” como apoio para a interpretação segundo a qual Wittgenstein não pretende comunicar algo inefável com as pseudoproposições do *Tractatus*.

3. Ontologia e teoria da linguagem

Outra forma de delimitar o problema do paradoxo tractatiano seria a partir da concepção de filosofia apresentada pela *Tractatus*. Se a filosofia não é teórica, justamente porque aquilo que os filósofos pretendem significar são pseudoproposições absurdas, como é possível que Wittgenstein apresente teorias no *Tractatus*? Existe um problema em elaborar um discurso sobre o Ser, e uma teoria da linguagem, em uma obra que afirma o caráter antiteorético da filosofia. A dificuldade reside no fato de que Wittgenstein afirma explicitamente que a filosofia não é uma teoria, no entanto, seu texto não apenas começa com um discurso ontológico que parece ser uma teoria, mas também contém outras teorias.

A filosofia só pode ser definida como uma tarefa clarificatória devido à concepção do que é uma proposição significativa apresentada pela teoria pictórica do significado. É por causa da teoria da linguagem que Wittgenstein pode afirmar que “sempre que alguém pretendesse dizer algo de metafísico, mostrar-lhe que não conferiu significado a certos sinais em suas proposições” (T 6.53). Isso significa que o *Tractatus* precisa apresentar teorias para delimitar as condições de possibilidade do sentido, mas para fazer isso, Wittgenstein precisa fazer aquilo que o *Tractatus* interdita: Wittgenstein tenta compatibilizar sentido e necessidade.

O problema é que as próprias “proposições” do *Tractatus* rompem com as condições de significatividade da proposição a fim de estabelecer o papel da tarefa clarificatória. E Wittgenstein tem plena consciência dessa dificuldade ao afirmar, nas passagens finais da obra, que o *Tractatus* é como uma escada que deve ser jogada fora. Essa questão é uma das maiores dificuldades, se não a maior dificuldade, que envolve a compreensão do *Tractatus*. Pois só podemos jogar a escada fora, após ter subido por ela. Mas como é possível que pseudoproposições absurdas nos “informem” algo?

Na medida em que o principal interesse do *Tractatus* é estabelecer os limites da linguagem e o papel da filosofia seria apenas o de clarificar os pensamentos, seria uma expectativa razoável para o leitor do *Tractatus* esperar que o início do livro trate de uma discussão explícita sobre a natureza da linguagem, tal expectativa é consonante

com as ressalvas feitas no prefácio¹⁵. Mas surpreendentemente, as primeiras páginas do texto pós prefácio tratam sobre questões ontológicas. As primeiras passagens da obra dizem respeito ao que é o mundo e quais são seus constituintes últimos, ou seja, o texto volta-se para uma das questões mais tradicionais da história da filosofia: o discurso sobre o Ser. O texto de fato parece apresentar uma doutrina sobre o Ser.

No entanto, existe uma dificuldade que diz respeito à conciliação entre essa discussão ontológica e aquilo que é afirmado no prefácio: por um lado, de acordo com o prefácio, Wittgenstein teria resolvido, no essencial, os problemas filosóficos; e por outro lado, de acordo com a própria concepção de filosofia apresentada no *Tractatus*, “o resultado da filosofia não são ‘proposições filosóficas’” (4.112). Mas, então como devemos entender as aparentes “proposições filosóficas” da ontologia? Tais “proposições” apresentam uma teoria ou elas apenas tratariam de aparentes problemas filosóficos que a obra pretende minar?

Dentro desse quadro, há duas dificuldades evidentes acerca das afirmações ontológicas. A primeira dificuldade diz respeito ao *status* das próprias “proposições” ontológicas. Como devemos entender as “proposições filosóficas” apresentadas na ontologia, na medida em que é afirmado textualmente que o resultado da filosofia não são “proposições filosóficas”?¹⁶ Outra dificuldade é entender qual seria a relação dessas “proposições filosóficas/ontológicas” com as condições de possibilidade do sentido. A primeira dificuldade é a mais difícil de lidar na medida em que essa dificuldade resulta no paradoxo tractatiano. Já a segunda dificuldade irá permear as discussões levantadas no decorrer deste capítulo. Nosso objetivo geral é elucidar qual seria a relação entre ontologia e teoria da linguagem.

A partir dessas dificuldades é válido levantar a questão sobre qual seria a relação entre a tarefa de explicitar a lógica da nossa linguagem com uma ontologia. Por que o bom entendimento da lógica da nossa linguagem envolveria questões

15 No entanto, para ser fiel a concepção de filosofia endossada pelo *Tractatus*, a suposta discussão sobre natureza da linguagem que o início do livro deveria abordar não poderia ser uma discussão teórica, e sim uma discussão puramente descritiva.

16 Como já destacamos, é difícil determinar o *status* da grande maioria das passagens do *Tractatus*. Se a filosofia não é uma teoria, como devemos entender as passagens que expõem a (suposta) teoria da figuração, a (suposta) teoria da proposição, e etc? Essa dificuldade não envolve apenas as passagens da parte ontológica. No entanto, destacamos a questão ontológica devido o interesse da presente dissertação no argumento da substância.

ontológicas? Dentre as passagens sobre o que é o mundo, encontra-se a afirmação segundo a qual o mundo deve ter uma substância. Mas na medida em que a tarefa principal do *Tractatus* é explicitar a lógica da nossa linguagem, a pressuposição da existência da substância deve estar de alguma forma ligada à noção de sentido proposicional. Ou seja, a pressuposição da existência da substância deve ser uma das condições de significatividade da linguagem. Isso significa que as questões levantadas na parte ontológica do *Tractatus* também dizem respeito às condições de possibilidade do sentido proposicional.

Leituras realistas do *Tractatus*, também conhecidas como leituras tradicionais, afirmam que a ontologia não deve ser entendida como uma mera descrição da realidade. O centro do livro é a teoria pictórica do significado, e a ontologia seria apenas uma consequência dessa teoria da linguagem. Ao traçar as condições de possibilidade do discurso significativo, Wittgenstein teria percebido que o fato da linguagem envolve algumas exigências ontológicas. Isto é, na medida em que a linguagem tem o papel único e exclusivo de representar a realidade, a própria realidade deve possuir certas características que possibilitam que a linguagem a descreva. O pensamento seria o seguinte: dado o fato da linguagem, a realidade deve possuir uma determinada estrutura para que uma linguagem dotada de sentido seja possível. Dessa forma, a ontologia seria caudatária da teoria da linguagem. A ontologia seria quase que uma extensão da teoria semântica presente no *Tractatus*.

Essa ideia está em concordância com a passagem 5.4711 que fornece uma espécie de roteiro que explicita a ordem das razões do *Tractatus*: “especificar a essência da proposição significa especificar a essência de toda a descrição e, portanto, a essência do mundo.”. Essa passagem deixa claro que a ordem de apresentação do *Tractatus* é diferente da sua ordem das razões. Apesar do texto começar tratando de uma ontologia, não devemos entender essa ontologia como algo arbitrário e independente da teoria da linguagem.

A tese segundo a qual a ontologia é caudatária da teoria da linguagem é um dos pontos de acordo entre as leituras realistas. Isso significa que Wittgenstein não “olhou” para o mundo e encontrou objetos simples, por exemplo. Na verdade, essa é a crítica

que Wittgenstein faz a Teoria dos Tipos de Russell: a sintaxe lógica da linguagem não pode ser justificada por fatos.

Para evitar que a sintaxe lógica seja justificada por fatos, as interpretações realistas compreendem a ontologia como uma extensão da semântica tractatiana. No *Tractatus*, a existência dos objetos simples é uma exigência “linguística” (essa tese ficará mais clara com a exposição do argumento da substância). Por agora, basta dizer que a ontologia do *Tractatus* é uma resposta à pergunta: como o mundo deve ser para que a linguagem seja possível?

Dessa forma, a ontologia do *Tractatus* deve ser lida da seguinte maneira: dado o fato da linguagem, dado o fato de que expressamos proposições com sentido, o mundo tem de ser de tal e tal forma. Mas essa descrição de mundo é uma tarefa totalmente apriori que parte da linguagem e chega até a realidade. Nenhum fato justificaria a sintaxe lógica da linguagem porque a ontologia do *Tractatus* não trata do contingente. É por ser uma das condições necessárias do discurso significativo que a ontologia pode servir como base para a teoria da linguagem tractatiana.

A forma como as leituras realistas compreendem a ontologia do *Tractatus* parece, inicialmente, amenizar a dificuldade que apresentamos nos parágrafos anteriores. Wittgenstein pode afirmar que o resultado da filosofia não são proposições filosóficas, e ainda assim, iniciar a sua obra com uma discussão ontológica porque a ontologia do *Tractatus* não é uma ontologia propriamente dita. As passagens ontológicas não expressam uma doutrina sobre o Ser, o que elas expressam são as condições de possibilidade do discurso significativo.

Nessa perspectiva, as passagens ontológicas devem ser consideradas como fazendo parte da teoria da linguagem apresentada pelo *Tractatus*. Mas, a dificuldade que parecia ter sido amenizada pela tese de que a ontologia é dependente da teoria da linguagem ressurgiu com toda a força. As leituras realistas parecem se esquivar da dificuldade ao afirmar que as passagens ontológicas não expressam propriamente uma doutrina sobre o Ser. No entanto, na medida em que os realistas afirmam que a ontologia faz parte da teoria da linguagem apresentada no *Tractatus*, o problema volta

à tona. Como a mesma obra que afirma que não há teorias filosóficas pode apresentar qualquer espécie de teoria?

Nesse momento, parece ficar mais claro a existência de duas dificuldades que são duas faces de um mesmo problema. A primeira dificuldade que os realistas tentam responder, seria a tentativa de explicar qual é a relação existente entre ontologia e teoria da linguagem: a ontologia faz parte das condições de possibilidade do discurso significativo. No entanto, essa resposta apenas posterga o problema da dificuldade existente em afirmar que o *Tractatus* apresenta qualquer espécie de teoria. Em última instância, o problema não se resolve, e por isso o classificamos como um paradoxo. É difícil explicar como um livro que afirma que a filosofia não é uma teoria pode apresentar uma teoria que explica a relação existente entre a linguagem e a realidade. Sendo que é essa teoria da linguagem que ao explicitar as condições de possibilidade do discurso significativo, determina que as próprias “proposições” do *Tractatus* não podem ser elas mesmas significativas. Mas como uma teoria da linguagem pode ser expressa por pseudoproposições absurdas?

O próprio Wittgenstein reconhece, nas passagens finais do *Tractatus*, esse impasse inerente à obra. A tentativa de enunciar as condições de possibilidade do discurso significativo é uma tarefa que rompe com essas condições, resultando assim, em pseudoproposições absurdas. Na penúltima passagem do *Tractatus*, em 6.54, Wittgenstein afirma:

Minhas proposições elucidam dessa maneira: quem me entende acaba por reconhecê-las como contra-sensos, após ter escalado através delas – por elas – para além delas. (Deve, por assim dizer, jogar fora a escada após ter subido por ela.)
Deve sobrepujar essas proposições, e então verá o mundo corretamente.

De alguma forma, os absurdos tractatianos nos permitem “compreender” a lógica da nossa linguagem. Mas essa “compreensão” não pode ser feita via discurso significativo. Toda a dificuldade gira em torno do fato de que Wittgenstein precisa romper com as condições de significatividade para poder determinar os limites da linguagem.

Dentre as condições de possibilidade do discurso significativo, estão as exigências ontológicas apresentadas no início do livro, e ao fim do livro, descobrimos que tais exigências não podem ser ditas, mas sim mostradas. As condições necessárias da linguagem não podem ser expressas por proposições significativas porque o *Tractatus* compreende a bipolaridade proposicional como uma característica essencial das proposições com sentido. Conforme já afirmado, a inevitável consequência da teoria da linguagem tractatiana é a impossibilidade de compatibilizar sentido e necessidade, apenas as proposições contingentes têm sentido.

No entanto, apesar das condições necessárias da linguagem serem inefáveis, é como se Wittgenstein precisasse “comunicar” aquilo que não pode ser dito para que, a partir do *Tractatus*, o silêncio sobre o que não se pode falar pudesse de fato ser alcançado. Assim como as grandes obras da filosofia, o “objeto” do texto tractatiano também é aquilo que é necessário. Mas, Wittgenstein difere dos outros filósofos porque ele sabe que está tentando dizer aquilo que não pode ser dito; Wittgenstein sabe que sentido e necessidade não podem se reconciliar.

Nessa perspectiva, o que distingue o *Tractatus* de outros textos filosóficos que visam expressar o necessário é que o *Tractatus* tenta significar o indizível apenas para que possamos nos calar sobre ele. Por mais que as condições de possibilidade do discurso significativo não possam ser ditas, é só após a explicitação dos limites da linguagem que podemos saber o que algo deve satisfazer para ser considerado uma proposição com sentido.

Mas, se a tarefa do *Tractatus* é elencar as condições de possibilidade do discurso significativo, as próprias “proposições” que compõem a obra não podem ser “proposições” contingentes. As “proposições” que compõem o *Tractatus* versam sobre o necessário e se tornam absurdas devido à própria caracterização de sentido apresentada pela obra. O problema é que as “proposições” do *Tractatus* não podem ser significativas porque não é possível compatibilizar sentido e necessidade.

A leitura de Hacker propõe uma distinção entre meros absurdos e absurdos esclarecedores – que não dizem nada, mas mostram algo. As “proposições” do *Tractatus* não diriam nada, mas nos mostrariam a estrutura última da linguagem e da

realidade. Ao apelar para o conceito de “mostrar”, a leitura realista consegue oferecer um caminho para afirmarmos que a ontologia do *Tractatus* deve ser levada a sério. As pseudoproposições do *Tractatus* podem apresentar uma teoria que explica a significatividade da linguagem através da sua relação com a realidade porque o *Tractatus* nos mostra algo que não pode ser dito significativamente.

No entanto, é importante ressaltar que a leitura realista não resolve o paradoxo. Apesar de tentadora, a proposta de Hacker não consegue acabar com o abismo existente entre o resultado da investigação apriori do *Tractatus* – a concepção segundo a qual a filosofia não é uma teoria e as próprias passagens filosóficas do *Tractatus* que apresentam uma teoria sobre a relação entre a linguagem e a realidade. É essa dificuldade que se torna explícita em 6.54: o que Wittgenstein faz nessa obra é tentar dizer aquilo que não pode ser dito.

A leitura realista invoca o conceito de "mostrar" na tentativa de explicar como pseudoproposições absurdas podem fornecer algo de positivo ao leitor. O problema agora se volta para a seguinte questão: como o conteúdo do *Tractatus* se mostra? A presente dissertação não busca responder essa pergunta, mas consideramos importante destacar a dificuldade que denominamos de paradoxo tractatiano, pois esse paradoxo representa um grande desafio para as leituras realistas. Nosso objetivo não é subestimar essas dificuldades, mas sim trabalhar com o arcabouço conceitual tractatiano, mesmo que essas dificuldades existam e talvez não possam ser superadas.

É um mistério como o *Tractatus* consegue “comunicar” algo que não pode ser dito. Apelar para o conceito de “mostrar”, assim como fazem os realistas, não torna as coisas menos misteriosas. Essa dificuldade que chamamos de paradoxal parece ser intrínseca ao projeto tractatiano de explicitar a essência da linguagem. O fato da obra ter esse aspecto paradoxal não a torna menos digna de atenção, mas, mesmo que essa dificuldade seja anunciada pelo próprio Wittgenstein, ela não deixa de ser um problema para os intérpretes da obra.

As últimas passagens do *Tractatus* parecem denunciar a impossibilidade de resolver o paradoxo. O conselho de Wittgenstein para “jogar a escada fora” envolve o reconhecimento de que suas proposições não comunicam nada. Mas, ainda assim, há

muitas coisas que nós ficamos sabendo após a leitura do *Tractatus*. A impressão de Russell ao ler o *Tractatus* expressa bem a estranheza que podemos sentir ao terminar a leitura do texto:

“O que provoca hesitação é o fato de que o Sr. Wittgenstein, no final das contas, consegue dizer uma porção de coisas sobre o que não pode ser dito, sugerindo assim a um leitor cético que possivelmente haja escapatória através de uma hierarquia de linguagens ou alguma outra saída. Toda a temática da ética, por exemplo, é localizada pelo Sr. Wittgenstein na região mística, inexprimível. Não obstante, ele é capaz de veicular suas opiniões éticas. Sua defesa seria que aquilo que ele chama de místico pode ser mostrado, embora não possa ser dito. Pode ser que a defesa seja adequada, mas confesso, de minha parte, que me deixa uma certa sensação de desconforto intelectual.”¹⁷

A hesitação de Russell é uma reação ao paradoxo tractatiano: se o *Tractatus* é composto por pseudoproposições absurdas que não dizem nada, como o texto consegue "comunicar" algo? Dado que o *Tractatus* não permite uma hierarquia de linguagens, o que resta para a leitura realista é adotar "alguma outra saída". Como afirmamos, essa outra saída apela para o conceito de "mostrar": o conteúdo do *Tractatus* não pode ser expresso por proposições significativas, mas pode ser mostrado. No entanto, é difícil precisar como o conteúdo da obra se mostra. Assim, permanece o mistério sobre como podemos adquirir conhecimento de muitas coisas ao concluir a leitura do *Tractatus*, mesmo que as suas pseudoproposições nada "informem".

É importante ressaltar que por mais que a leitura realista não consiga resolver o paradoxo, tal impasse não parece ser suficiente para descartarmos essa leitura. Na medida em que o reconhecimento do próprio autor do *Tractatus* sobre o aspecto paradoxal da obra pode ser visto como um indicativo de que essa é uma dificuldade inerente ao texto. No entanto, ratificamos algumas das principais teses das leituras realistas, a vantagem dessa leitura é que ela consegue explicar o motivo pelo qual há passagens ontológicas na obra. Essa explicação permite que a ontologia não seja descartada e torna possível aproveitar grande parte do que Wittgenstein escreveu no *Tractatus*. Diferentemente da leitura resoluta que só aproveita o que eles classificam

¹⁷ *Tractatus Logico-Philosophicus*. Trad. Luiz Henrique Lopes dos Santos. 3ª Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010, p. 127.

como o “*framework*” da obra, os realistas conseguem aproveitar a ontologia da obra ao concebê-la como uma das condições de possibilidade do discurso significativo.

Ao compreender a ontologia como dependente da teoria da linguagem, a interpretação realista consegue trabalhar com mais passagens do *Tractatus*, aproveitando melhor o corpo do texto escrito por Wittgenstein¹⁸. Porém, o modo como a interpretação realista concebe o conceito de objeto, nos coloca diante de novas dificuldades.

4. Objetos existem independentemente da linguagem?

Leituras realistas, como as de Norman Malcolm em seu livro *Nothing is Hidden*, afirmam que os objetos existem independentemente da linguagem e do pensamento. Isso significa que o nome possui uma dependência ontológica em relação ao objeto, a sintaxe lógica de um nome apenas espelha a forma lógica do objeto que o nome denota.

Nessa leitura, a linguagem descreve a realidade porque o modo como os nomes estão organizados no interior da proposição mostra que os objetos denotados pelos nomes podem se encontrar na realidade do mesmo modo que os nomes estão organizados na proposição. A forma compartilhada entre linguagem e realidade é chamada de forma de afiguração. A existência dessa comunidade formal permite que a linguagem possa descrever a realidade. A forma de afiguração é fundamentada na forma dos objetos, a qual consiste nas suas possibilidades de ocorrência em estados de coisas. Mas, essa leitura parece endossar a existência de uma primazia do objeto em detrimento do nome, na medida em que o nome apenas espelha a forma lógica do

¹⁸ É importante ressaltar que a afirmação segundo a qual a ontologia é dependente da teoria da linguagem, não endossa a ideia de que os objetos são produtos da teoria da linguagem apresentada no *Tractatus*. Malcolm, no primeiro capítulo de *Nothing is Hidden*, afirma que os objetos são entidades extralinguísticas que existem independentemente da linguagem. Nesse sentido, quando afirmamos que a ontologia é dependente da teoria da linguagem, queremos dizer apenas que Wittgenstein infere características do mundo a partir de sua teoria da proposição: dado o fato da linguagem, o mundo deve ser de tal e tal forma para poder ser representado. No entanto, isso não significa que os itens ontológicos que Wittgenstein classifica como a substância do mundo sejam dependentes da linguagem. Abordaremos essa questão na próxima seção 4 deste capítulo.

objeto. No entanto, como é possível subscrever essa primazia se a ontologia deve ser vista como caudatária da teoria da linguagem?

Na interpretação de Malcom, quando um nome nomeia um objeto, a forma do objeto é refletida no nome desse objeto:

“According to the *Tractatus*, if a name is assigned to an object, the use of that name in sentences must duplicate the form of that object. The possibilities of combination of that name with other names, in sentences that have sense, are determined by and exactly match the possibilities of combination of that object with other objects in states of affairs. What makes sense in language and thought is dependent on and derived from the nature of the objects. Language does not create what is thinkable: it can only say what is thinkable. What makes sense in language is based on the possible combinations of the simple elements of reality”¹⁹.

De acordo com essa interpretação, as possibilidades combinatórias dos nomes são idênticas às possibilidades combinatórias dos objetos. A relação de denotação garantiria uma espécie de “transferência” da forma do objeto para o nome, é por isso que o modo como o nome está combinado na proposição mostra que os objetos denotados podem estar organizados do mesmo modo no mundo. As possibilidades combinatórias dos objetos, a sua forma, é igualada à sintaxe lógica dos nomes: “when a name is given to a simple object the syntax of the name (its use in sentences) is thereby fixed”²⁰. De modo que a possibilidade de combinação dos nomes em proposições espelharia as possibilidades combinatórias dos objetos nos estados de coisas.

Anteriormente, mencionamos que a interpretação realista afirma que a ontologia é dependente da teoria da linguagem. Mas quando os realistas explicam a noção de nomeação, parece que ocorre uma inversão da ordem das razões do *Tractatus*: é o conceito de objeto que fundamenta a teoria da linguagem, pois o nome espelha a forma do objeto que ele nomeia. O problema é o seguinte: como algo dependente da linguagem pode ser usado como seu fundamento, na medida em que esse fundamento é visto como tendo uma autonomia da linguagem e do pensamento?

19 Malcolm, Norman (1986). *Nothing is hidden: Wittgenstein's criticism of his early thought*. New York, NY, USA: Blackwell, p. 14.

20 Malcolm, Norman (1986). *Nothing is hidden: Wittgenstein's criticism of his early thought*. New York, NY, USA: Blackwell, p. 15.

O objeto parece ser dependente da linguagem na medida em que a justificativa da sua existência é fornecida por uma tese semântica. Afirmar que a ontologia é dependente da teoria da linguagem não tornaria impossível que os objetos existam independentemente da linguagem e do pensamento?

Subscrever a tese de que a ontologia é dependente da teoria da linguagem do *Tractatus* permite a leitura segundo a qual as passagens ontológicas não expressam uma doutrina sobre Ser, ou seja, a ontologia do *Tractatus* não é propriamente uma ontologia. Tais afirmações fazem parte da teoria da linguagem expressa pela obra e poderiam ser entendidas como uma extensão da semântica tractatiana. Mas essa tese só pode ser sustentada caso seja possível explicar como objetos são uma consequência da teoria da linguagem e, ainda assim, possuem um estatuto ontológico independente da linguagem e do pensamento.

Essa tensão é uma outra dificuldade que envolve as leituras realistas do *Tractatus*. A presente dissertação não tem por objetivo resolver essa tensão. No entanto, na medida em que subscrevemos algumas das principais teses das leituras realistas é importante destacar essa dificuldade que é inerente à essa interpretação. Feitas essas observações preliminares que serão importantes para o decorrer da presente dissertação, podemos passar para a apresentação da ontologia do *Tractatus* onde o conceito de objeto é explicitado logo nas primeiras linhas.

5. A ontologia do *Tractatus*

Dada a centralidade da noção de objeto para o arcabouço conceitual tractatiano, abordaremos o modo como o conceito de objeto é apresentado na parte ontológica do *Tractatus*, que diz respeito às passagens 1 – 2.063. O esforço para explicar o conceito de objeto tem como ponto fulcral analisar o que ficou conhecido como o argumento da substância. Esse argumento fornece o motivo pelo qual os objetos devem existir e por que eles devem ser simples. A simplicidade do objeto garante tanto que a análise das proposições tenham um fim quanto, consequentemente, a total determinação do sentido proposicional.

Para compreender o argumento da substância, que demonstra a necessidade da existência dos objetos simples, é fundamental primeiro entender o significado de alguns conceitos ontológicos centrais para o *Tractatus*, como o próprio conceito de objeto e o da sua forma. Tendo como objetivo o entendimento desses conceitos, reconstruiremos as afirmações ontológicas do *Tractatus*.

A primeira passagem do *Tractatus* tem por objetivo definir a noção de mundo afirmando que “o mundo é tudo que é o caso” (T 1). Mas somos advertidos que o mundo não é a totalidade das coisas, e sim dos fatos (T 2). Para a ontologia do *Tractatus*, não é possível descrever o mundo apenas listando os objetos que existem nele. Se visamos descrever uma sala com dez cadeiras e uma mesa, a mera listagem desses objetos não é suficiente para realizar uma descrição. A possibilidade dessa descrição depende de uma explicitação de como esses objetos estão organizados. Isso porque os mesmos objetos podem estar organizados de muitas formas diferentes e essas muitas formas mudariam a descrição da sala, por mais que os objetos fossem os mesmos. A questão é que com os mesmos objetos poderíamos ter diversas situações distintas, é por isso que a mera listagem dos objetos existentes no mundo não é suficiente para descrevê-lo.

O mundo, tudo aquilo que é o caso, resolve-se em objetos em uma dada configuração atual: em fatos (T 1.2). Os fatos são a existência de estados de coisas (T 2) e “o estado de coisa é uma ligação de objetos (coisas)” (T 2.01)²¹. As passagens que

21 Existem duas maneiras de compreender a distinção entre os conceitos de fato (*Tatsache*) e estado de coisas (*Sachverhalt*). Essa diferença pode ser vista como uma distinção modal ou como uma distinção de complexidade. Na interpretação modal, que é adotada pela tradução do *Tractatus* utilizada neste texto, um *Sachverhalt* é uma ligação possível de objetos, enquanto um *Tatsache* é uma ligação atual de objetos. Essa concepção pode ser encontrada na tradução do *Tractatus* realizada por Pears/McGuinness em 1961: “*What is the case—a fact—is the existence of states of affairs*” (T 2). Essa interpretação é classificada como “modal” porque a principal nota característica do conceito de *Sachverhalt* é a possibilidade. Por outro lado, a interpretação de complexidade afirma que a noção de simplicidade é a principal nota característica do conceito *Sachverhalt*. Essa interpretação é respaldada pela tradução de Ogden do *Tractatus*, datada de 1922, revisada e aprovada por Wittgenstein. Nessa tradução, o conceito de *Sachverhalt* é traduzido como “*atomic fact*”: “*What is the case, the fact, is the existence of atomic facts.*” (T 2). De acordo com a interpretação de complexidade, o conceito de fato (*Tatsache*) é visto como um composto de fatos atômicos (*Sachverhalten*), enquanto os fatos atômicos não são compostos por outros fatos. Um fato atômico consiste simplesmente numa ligação de objetos simples, enquanto um *Tatsache* seria um fato composto por mais de um fato atômico. Assim, a diferença entre esses dois conceitos seria essencialmente uma diferença de complexidade. No entanto, a interpretação de complexidade enfrenta um desafio, já que tanto o conceito de *Sachverhalt* quanto o conceito de *Tatsache* se referem a algo atual, essa abordagem torna difícil explicar o que as proposições falsas descreveriam. A fim de contornar esse problema, endossamos a leitura modal. Para uma análise mais aprofundada dessa questão, recomendamos a leitura do artigo de Edgar Marques, intitulado “Sobre a Distinção entre *Tatsache* e *Sachverhalt* no *Tractatus Logico-Philosophicus* de Ludwig Wittgenstein”,

se seguem após a definição do conceito de estado de coisas são dedicadas à natureza dos seus constituintes: os objetos. A maioria das passagens que compõem a ontologia do *Tractatus* versam sobre as noções de objeto e sobre a noção de “forma do objeto”.

A forma do objeto é a possibilidade que o objeto tem de aparecer em estados de coisas. A possibilidade de ser parte constituinte de um estado de coisas é essencial para o objeto (T 2.011). Isso é assim porque “na lógica, nada é casual: se a coisa pode aparecer no estado de coisas, a possibilidade do estado de coisas já deve estar prejudgada na coisa.” (T 2.012).

É importante ressaltar que Wittgenstein não endossa que os fatos no mundo são necessários. O que é necessário é a possibilidade que os objetos tem de se combinar com outros objetos formando, assim, estados de coisas. Outra ressalva importante é que os objetos do *Tractatus* são objetos especiais e, pela sua especificidade, talvez nem devessem ser chamados de objetos²². Ao tratar sobre os objetos, Wittgenstein não está considerando nenhum objeto físico que conhecemos, pois qualquer objeto físico é composto, e os objetos do *Tractatus* são absolutamente simples (T 2.02). Poderiam objetar que os objetos tractatianos não são objetos físicos, num sentido grosseiro, como uma cadeira ou uma mesa, mas que os objetos são os constituintes últimos da nossa experiência sensorial, como os *sense-data* de Russell²³. O problema dessa visão é que os *sense-data* são fulgazes, em cada experiência entraríamos em contato com um *sense-data* diferente. Já no *Tractatus*, os objetos são a substância do mundo, eles constituem o fixo e o subsistente (2.027).

É particularmente difícil precisar o que são os objetos do *Tractatus* porque nada que podemos usar como exemplo de objeto parece de fato ser um objeto no sentido tractatiano. Wittgenstein, em uma conversa com Malcolm, afirma não saber que tal ou

que aborda a leitura modal, e também do artigo de José Oscar de Almeida Marques, intitulado "A ontologia do *Tractatus* e o problema dos *Sachverhalte* não-subsistentes", que explora a leitura de complexidade. Ambos os artigos foram publicados na revista "O que nos faz pensar: Cadernos do Departamento de Filosofia da PUC-Rio".

²² Essa é, por exemplo, a posição adotada por Hidé Ishiguro em seu artigo *Use and Reference of Names*. Ishiguro afirma que os objetos tractatianos não têm o mesmo princípio de individuação que os objetos físicos e conclui que os nomes tractatianos são “*dummy names*”. Apesar de não subscrevermos tal leitura, trouxemos essa discussão apenas a título de ilustração para a dificuldade existente em individuar os objetos tractatianos.

²³ Essa concepção é alvo de críticas em Malcolm, Norman (1986). *Nothing is hidden: Wittgenstein's criticism of his early thought*. New York, NY, USA: Blackwell, p. 10.

tal coisa é um objeto, mas que cabe a ele, como lógico, garantir que os objetos existam²⁴. É impossível fornecer um exemplo do que seria um objeto simples e por isso nenhum exemplo é dado no *Tractatus*²⁵. Entretanto, apesar de não fornecer nenhum exemplo de objeto simples, as passagens da parte ontológica versam sobre as características desses objetos. Em um primeiro momento, a ontologia trata do aspecto modal dos objetos, a partir da noção de forma; e em um segundo momento, a ontologia trata sobre a simplicidade dos objetos.

Entretanto, por mais que não seja possível fornecer exemplos de objetos, objetos devem existir para garantir a significatividade da linguagem, na medida em que o conceito de objeto fundamenta dois princípios básicos para o *Tractatus*: a independência entre o sentido e o valor de verdade das proposições e o caráter determinado do sentido da proposição.

Veremos que o argumento da substância explicita que se o mundo não tivesse substância, o sentido de uma proposição dependeria da verdade de outra proposição. No entanto, segundo o argumento, se o sentido da proposição dependesse da verdade de outra proposição, não seria possível fazer figurações do mundo. Ou seja, se o mundo não tivesse substância, haveria um regresso entre sentido e valor de verdade que implicaria na impossibilidade da linguagem, porque o processo de determinar o sentido da proposição a partir da verdade de outra proposição resultaria na indeterminabilidade do sentido proposicional. Pois se o sentido de P depende da verdade de P2, o sentido de P2 dependeria da verdade de P3 e esse processo continuaria *ad infinitum*. Isso significa que sem a existência dos objetos, não seria possível a compreensão de nenhuma proposição, i.e., a linguagem não seria possível.

Diante dessa perspectiva, por mais que discutir sobre os objetos seja uma tarefa desafiadora, visamos demonstrar como o argumento da substância assegura a determinação do sentido proposicional, possibilitando a representação figurativa do mundo. Podemos afirmar que o conceito de objeto é o ponto nevrálgico do *Tractatus*. São os objetos que garantem a ligação entre a linguagem e a realidade, viabilizando a possibilidade do discurso significativo.

24 Malcolm & Von Wright, Ludwig Wittgenstein: A Memoir, 2001, p. 70

25 O segundo capítulo desta dissertação aborda detalhadamente a impossibilidade, e a irrelevância, de fornecer exemplos de objetos simples no *Tractatus*.

Todas essas ressalvas foram feitas porque, apesar dos objetos do *Tractatus* não serem objetos físicos, a título de compreensão, podemos usar objetos físicos como exemplos na tentativa de tornar menos obscuro o que Wittgenstein deseja precisar com algumas passagens sobre a noção de forma dos objetos. Nesse sentido, sempre que usarmos exemplos de objetos físicos para explicar algum aspecto dos objetos tractatianos, não estamos endossando que esses objetos físicos, usados como exemplos, são os objetos simples do *Tractatus*. Wittgenstein mesmo recorre a exemplos de objetos físicos para ilustrar o *insight* que deu origem à sua teoria da figuração. Esse *insight* surgiu a partir de um fato ocorrido no tribunal de Paris, no qual um acidente de carro foi representado por meio de bonecos. Embora um boneco seja um objeto físico, Wittgenstein o emprega como exemplo, numa passagem dos *Notebooks* de 29.9.14, para elucidar um aspecto fundamental da teoria pictórica:

The general concept of the proposition carries with it a quite general concept of the coordination of proposition and situation: The solution to all my questions must be extremely simple.

In the proposition a world is as it were put together experimentally. (As when in the law-court in Paris a motor-car accident is represented by means of dools, etc.) [Cf. 4.031.]

Tendo essa ressalva em vista, podemos voltar para a reconstrução das passagens ontológicas. A passagem 2.011 afirma que é essencial para o objeto poder ser parte constituinte de estados de coisas. Se um objeto pode ser um constituinte de um estado de coisas, essa possibilidade já deve estar prejulgada no objeto, essa possibilidade faz parte da natureza do objeto (T 2.0123). Mas é importante destacar que o necessário é a possibilidade que um objeto tem de aparecer em estados de coisas. O estado de coisas atual que um objeto se encontra não é necessário, o necessário é a possibilidade do fato que o objeto pode ocorrer. O fato do livro estar em cima da mesa não é necessário, pois o livro poderia estar em qualquer outro lugar. Mas o livro só está em cima da mesa porque essa é uma das configurações possíveis para o livro. Essa possibilidade é o que Wittgenstein afirma ser necessária. O conjunto de tais possibilidades combinatórias consiste exatamente na forma dos objetos.

No *Tractatus*, tudo que é possível é necessariamente possível. Podemos expressar essa ideia do seguinte modo: $\Diamond P \rightarrow \Box \Diamond P$ ²⁶. Por que o possível não pode ser contingentemente possível? Segundo Wittgenstein, “(o que é lógico não pode ser meramente-possível. A lógica trata de cada possibilidade e todas as possibilidades são fatos seus)” (T 2.0121). Se a lógica trata de todas as possibilidades e o contingente não diz respeito à lógica, as possibilidades de que trata a lógica são possibilidades necessárias.

As possibilidades combinatórias dos objetos são necessárias porque essas possibilidades são consideradas como propriedades internas dos objetos. Na terminologia do *Tractatus*, propriedades internas são propriedades que constituem as coisas essencialmente, de modo que não podemos pensar nas coisas apartadas dessas propriedades. Já as propriedades externas dizem respeito ao contingente, ao accidental; um objeto possui determinadas propriedades externas quando ele se concatena com outros objetos formando um fato²⁷.

Wittgenstein afirma que para conhecer um objeto não é preciso conhecer nenhuma de suas propriedades externas, ou seja, não é preciso conhecer qualquer fato em que esse objeto ocorra. Para conhecer um objeto, devemos apenas conhecer os fatos em que o objeto pode ocorrer. Conhecer um objeto é o mesmo que conhecer todas as possibilidades de seu aparecimento em estados de coisas (2.0123). Quando objetos se ligam a outros objetos, eles adquirem certas propriedades externas resultantes dessa ligação, mas como todo fato é essencialmente contingente, nenhuma dessas propriedades faz parte da natureza dos objetos. O que faz parte da natureza do objeto é a possibilidade de ele ter alguma propriedade externa.

6. Propriedades internas e propriedades externas

A distinção entre propriedades internas e externas se torna mais clara com a passagem 2.0131, onde é afirmado que “não é preciso, por certo, que a mancha no

26 O símbolo “ $\Diamond$ ” expressa possibilidade e o símbolo “ $\Box$ ” expressa necessidade. Portanto, podemos interpretar “ $\Diamond P \rightarrow \Box \Diamond P$ ” como significando que “se P é possível, então P é necessariamente possível”.

27 Em 2.0231, Wittgenstein afirma: “a substância do mundo só pode determinar uma forma, e não propriedades materiais. Pois estas são representadas pelas proposições – são constituídas apenas pela configuração dos objetos.

campo visual seja vermelha, mas uma cor ela deve ter: tem à sua volta, por assim dizer, o espaço das cores. O som deve ter uma altura, o objeto do tato, uma dureza, etc.”. Se pensarmos na mancha como um objeto simples, não há nada que obrigue a mancha a ser vermelha, i.e. não há nada que obrigue esse objeto a fazer parte do fato “esta mancha é vermelha”. Que a mancha seja vermelha é algo totalmente contingente, e por isso o “ser vermelho” é uma propriedade externa do objeto. Contudo, alguma cor a mancha deve ter, porque se é possível imaginar uma mancha vermelha, não podemos imaginá-la fora da possibilidade de ser vermelha. Mas como é contingente que a mancha seja vermelha, conseguimos conceber essa mancha como tendo a possibilidade de ter qualquer outra cor, pois todas as cores são possibilidades suas. “Se posso pensar no objeto na liga do estado de coisas, não posso pensar nele fora da possibilidade dessa liga” (T 2.0131).

O que 2.0131 ressalta é que não há nada que obrigue um objeto a se concatenar com outros para formar um determinado fato, nenhum fato é necessário. Mas se um objeto está concatenado com outros objetos, não conseguimos conceber esses objetos fora da possibilidade dessa ligação. Conhecer um objeto é conhecer todas as suas possibilidades de combinação com outros objetos.

Contudo, como não há nada que obrigue um objeto a estar em um fato específico, isso garante uma certa independência do objeto em relação ao estado de coisas em que ele pode aparecer, mas de certo modo, essa independência é uma forma de dependência. Como é afirmado em 2.0122, “a coisa é auto-suficiente, na medida em que pode aparecer em todas as situações possíveis, mas essa forma de auto-suficiência é uma forma de vínculo com o estado de coisas, uma forma de não ser auto-suficiente”.

A autossuficiência dos objetos, na verdade, revela uma forma de dependência (não autossuficiência), porque embora um objeto possa aparecer em qualquer combinação que seja possível para ele, quando um objeto ocorre em um fato, não podemos concebê-lo sem considerar a possibilidade dessa ocorrência. É nesse sentido que o objeto não é totalmente autossuficiente. A não autossuficiência do objeto é resultado da relação entre o objeto e o conjunto de estados de coisas em que o objeto pode ocorrer; visto que conhecer um objeto é conhecer todas as suas possibilidades de

aparecimento em estados de coisas. Esse é o vínculo que o objeto mantém com o estado de coisas; se conhecer um objeto é o mesmo que conhecer todas as suas possibilidades de combinação com outros objetos, existe uma dependência do objeto em relação às suas possibilidades combinatórias. Essa dependência pode ser entendida como uma não autossuficiência entre o objeto e o fato em que ele pode ocorrer, por mais que exista uma autossuficiência do objeto em relação ao fato em que ele ocorre.

Essa tensão entre independência e dependência dos objetos em relação aos estados de coisas parece ser resultado de duas demandas distintas sobre a natureza dos objetos, uma demanda atomista e uma holista. A demanda atomista surge do fato de que os objetos precisam ser simples para que o sentido da proposição seja determinado. Já a demanda holista surge da complexidade do objeto devido à noção de forma associada a ele. O objeto é considerado autossuficiente devido à sua simplicidade, a justificação de sua autossuficiência é fornecida pelo argumento da substância. Por outro lado, sua não autossuficiência resulta do fato do objeto ter uma forma que o constitui essencialmente. Mesmo sendo simples, os objetos carregam consigo um conjunto de possibilidades que não podem ser apartadas dos objetos, visto que esse conjunto de possibilidades os constituem essencialmente.

Assim, os objetos tractatianos são entidades simples que possuem forma, atendendo a duas exigências distintas. A demanda atomista, que requer objetos simples por serem indecomponíveis, assegura a total determinabilidade do sentido proposicional²⁸. Por outro lado, a demanda holista exige que os objetos tenham forma, a qual consiste nas possibilidades de seu aparecimento em estados de coisas (T 2.0141). Essa exigência parece ser mobilizada para garantir que a proposição possa afigurar a realidade, visto que o fato de que os nomes estejam organizados de uma tal maneira na proposição mostra que os objetos aos quais os nomes se referem também podem estar organizados dessa mesma maneira (T 2.15). A figuração pode representar a realidade na medida em que há um compartilhamento de formas entre representação e representado. Isso só é possível porque o objeto simples possui uma forma que é compartilhada pelo nome que denota aquele objeto.

28 Se os objetos que são o significado dos nomes não fossem simples, haveria um problema no momento da nomeação. Caso os objetos fossem compostos, como saberíamos que o nome se refere ao objeto como um todo e não apenas a alguma de suas partes? O atomismo lógico evita esse problema ao compreender os objetos como entidades absolutamente simples.

Se por um lado, a simplicidade do objeto assegura a determinação do sentido, por outro, a noção de forma do objeto garante que a linguagem possa descrever a realidade independentemente de como os objetos estejam atualmente ligados uns aos outros na realidade. Isso garante que o sentido da proposição seja independente do seu valor de verdade. A noção de forma dos objetos é uma das noções mais centrais no mapa conceitual tractatiano, e por isso, merece uma atenção especial.

7. A forma do objeto

Em 2.013, Wittgenstein usa uma metáfora para precisar a noção de forma dos objetos: “cada coisa está como que num espaço de possíveis estados de coisas. Esse espaço, posso concebê-lo vazio, mas não a coisa sem o espaço”. Não podemos conceber a coisa sem o seu espaço de possíveis estados de coisas porque conhecer um objeto é conhecer “todas as possibilidades de seu aparecimento em estados de coisas” (T 2.0123). A partir dessa metáfora, podemos pensar que existe um “espaço” que circunda cada objeto, de tal forma que conhecer um objeto é o mesmo que conhecer todas as suas possibilidades de combinação com outros objetos, i.e., conceber a sua forma.

Apesar da metáfora de 2.013 exemplificar o que seria a noção de forma dos objetos, essa passagem se torna obscura quando tentamos entender o que seria conceber o espaço de possíveis estados de coisas que circunda um objeto como sendo vazio. A dificuldade que surge em entender o que Wittgenstein quer precisar com essa afirmação faz com que a passagem 2.013 seja uma das passagens mais enigmáticas do *Tractatus*.

De acordo com Frascolla, a passagem 2.013 deve ser interpretada em conjunto com 2.0131 (a passagem sobre a mancha no campo visual). Segundo esse autor, Wittgenstein estaria estabelecendo uma analogia ao afirmar que é concebível pensar no "espaço" de possíveis estados de coisas que circundam um objeto como vazio:

The point of the analogy is simply this: just as a speck in the visual field can be not red, but cannot be not coloured, so the space where an object is placed can be conceived of as being not filled up by

matter, but it is impossible to think of that object apart from that space.²⁹

Afirmar que o espaço que circunda os objetos pode ser concebido como "não sendo preenchido por matéria" é equivalente a dizer que não há nenhum fato. Segundo Frascolla, conceber o "espaço" de possíveis estados de coisas como vazio deve ser entendido da seguinte maneira: "not in the sense that we can imagine that there is no state of affairs constituting the space associated with an object, but in the sense that we can imagine that none of the states of affairs belonging to that space obtains. To think of an object without its space is impossible in principle because it is, in essence, an entity which can occur and can be represented only in combination with others."³⁰

À medida que é impossível pensar em um objeto sem considerar a sua forma, a única explicação para conceber o "espaço" de possíveis estados de coisas que circunda os objetos como sendo vazio é afirmar que nenhuma dessas possibilidades de combinação se realizou. Esta explicação, à primeira vista, parece plausível. No entanto, ao examinarmos mais profundamente essa ideia, torna-se evidente que ela não está livre de problemas.

A interpretação de Frascolla sugere que conceber o espaço de possíveis estados de coisas como vazio equivale a conceber um mundo sem fatos. No entanto, essa interpretação é estranha por duas razões. Primeiramente, porque o *Tractatus* não parece permitir a existência de um mundo sem fatos (voltaremos a essa questão mais adiante). Em segundo lugar, se tentarmos endossar a leitura de Frascolla e aceitar que pode existir um mundo onde haja objetos que não estejam conectados com outros objetos, disso não se segue que o espaço de possíveis estados de coisas que circunda os objetos seria vazio. Pelo contrário, se houvesse um mundo sem fatos, o espaço de possíveis estados de coisas que circunda os objetos não seria vazio, pois essas possibilidades continuariam sendo possibilidades, por mais que nenhuma delas fosse atualizada. Em outras palavras, em um mundo sem fatos, onde objetos existiriam isoladamente, o espaço de possibilidades que circunda os objetos não seria vazio; apenas o mundo seria vazio, na medida em que não haveria nenhum fato. Essa concepção coincide com a interpretação na qual todas as proposições elementares

29 Frascolla, Pasquale (2005). *Understanding Wittgenstein's Tractatus*. New York: Routledge, p. 75.

30 Frascolla, Pasquale (2005). *Understanding Wittgenstein's Tractatus*. New York: Routledge, p. 75.

seriam falsas. No entanto, mesmo nesse mundo hipotético, ainda haveria fatos, na medida em que toda figuração é um fato.

A dificuldade que a passagem 2.013 envolve é a de que só poderíamos conceber o espaço de possíveis estados de coisas como vazio se não existissem objetos. Se não é possível conceber um objeto sem o seu espaço de possíveis estados de coisas, a única forma de conceber esse espaço como sendo vazio seria se não houvesse nenhum objeto. Mas sem objetos não há realidade³¹. E Wittgenstein não poderia seguir por esse caminho, visto que o conceito de objeto é uma peça chave para o *Tractatus*. Diante dessas dificuldades, parece que o que nos resta é a leitura de Frasca. No entanto, essa leitura também é problemática porque não parece haver espaço no arcabouço conceitual tractatiano para um mundo sem fatos.

Essas dificuldades mostram que parece não ser possível resolver o impasse colocado pela passagem 2.013 só com o arcabouço conceitual oferecido pela ontologia do *Tractatus*. Para seguir com a discussão é importante retomar brevemente uma hipótese da interpretação realista que foi abordada no início deste capítulo. Vimos que a leitura realista compreende a ontologia do *Tractatus* como sendo caudatária da teoria da linguagem. A ontologia é vista como uma extensão semântica da teoria da proposição; as passagens da parte ontológica apenas expressam as condições que o mundo deve satisfazer para que ele possa ser representado pela linguagem. Essa tese envolve duas consequências, a primeira é que a ontologia da obra deve ser levada a sério; a segunda é que as teses ontológicas também possuem uma versão “linguística”.

Mas se a ontologia deve ser levada a sério, não podemos deixar de resolver alguns de seus visíveis problemas. E a tese segundo a qual a ontologia é dependente da teoria da linguagem é fundamental para a tentativa de resolver impasses que surgem com algumas passagens relativas à parte ontológica do *Tractatus*. Na medida em que a ontologia é pressuposta pela teoria da linguagem, não devemos tentar resolver os problemas que envolvem as passagens ontológicas sem dar atenção para a versão “linguística” dessas mesmas questões. Nesse sentido, um caminho para responder à

31 Realidade é um conceito mais abrangente que a noção de mundo. Segundo a passagem 2.06: a existência e inexistência de estados de coisas é a realidade.

questão sobre a possibilidade de um mundo sem fatos é analisar se existe alguma tese “linguística” que pode ser usada contra ou a favor dessa questão.

Tendo exposto essa perspectiva, voltaremos brevemente à discussão apresentada em 2.0122, buscando fornecer um veredicto sobre a interpretação de 2.013 que defende a possibilidade de um mundo sem fatos. Na explicação de 2.0122, afirmamos que não há nada que obrigue um objeto a se combinar com outros objetos, formando assim um fato. Essa afirmação foi usada para explicar um exemplo do próprio *Tractatus* que supõe, a título de ilustração, que uma mancha no campo visual seja um objeto simples. Dentro desse contexto, essa mancha, por ser um objeto, adquire a propriedade externa de ser vermelha ao se combinar com outros objetos. Mas não há nada que obrigue essa mancha a se combinar com outros objetos compondo esse fato. É isso que significa a autossuficiência do objeto em relação aos estados de coisas em que ele pode aparecer. A mancha é vermelha, mas poderia ter qualquer outra cor, ela poderia participar de qualquer fato que fosse possível para ela, por causa da sua forma.

O fato de que não há nada que obrigue um objeto a se combinar com outros para compor um fato poderia nos levar a endossar a possibilidade da existência de um mundo sem fatos. Um mundo onde haveria objetos existindo isoladamente, mas não haveria nenhuma configuração atual de objetos. É assim que Frascolla interpreta a enigmática passagem 2.013 onde, é afirmado que o espaço de possíveis estados de coisas que circunda um objeto pode ser concebido como vazio.

Contudo, o *Tractatus* não parece endossar a existência de um mundo onde nenhuma possibilidade de combinação de objetos seja atual. Primeiro porque se o mundo é definido como “tudo que é o caso” (T 1) e “o que é caso, o fato, é a existência de estados de coisas” (T 2). De acordo com a própria definição de mundo oferecida pelo *Tractatus*, parece que uma das condições necessárias para a existência de um mundo é a existência de pelo menos um fato. Nesse sentido, um mundo sem fatos não seria um mundo.

Além disso, dado que as teses ontológicas dependem das teses “linguísticas”, uma tentativa de solucionar o enigma ontológico sobre a possibilidade de objetos

existirem isoladamente, que envolve a passagem 2.013, seria investigar como Wittgenstein descreve os correlatos dos objetos na linguagem: os nomes. A questão não é apenas que as teses ontológicas têm uma versão "linguística", mas que são consequências de teses "linguísticas". Portanto, antes de afirmar que os objetos podem existir isoladamente, devemos analisar se os nomes têm significado isolado, i.e., devemos analisar se nomes significam independentemente da proposição.

Wittgenstein enuncia em 3.3 um princípio desenvolvido por Frege em *Grundlagen der Arithmetik (1884)* que ficou conhecido como o Princípio do Contexto. A passagem 3.3 afirma que “só a proposição tem sentido; é só no contexto da proposição que um nome tem significado”. Essa passagem expõe uma tensão sobre a relação entre o nome e o seu significado. Poderíamos pensar que para saber o significado de um nome, basta conhecer o objeto que esse nome denota, como a passagem 3.203 parece indicar: “O nome significa o objeto. O objeto é seu significado”. Mas 3.3 afirma que um nome só tem significado no contexto proposicional. Essa passagem parece indicar que não é possível conhecer a referência de um nome isoladamente. O suposto conhecimento de uma referência isolada seria insuficiente para sabermos o significado de um nome, porque o estabelecimento do significado dos nomes depende de seu uso em proposições³².

Na verdade, 3.3 parece inverter a ordem semântica do *Tractatus*; não é que primeiro conhecemos a referência de um nome e depois passamos a usá-lo em proposições. O ponto de Wittgenstein parece ser que nós só podemos identificar a referência de um nome porque nomes são usados em proposições significativas. Nesse sentido, o critério de individuação dos objetos dependeria do uso dos nomes em proposições. A inversão da ordem semântica se daria porque o princípio do contexto parece colocar a noção de composicionalidade de cabeça para baixo. Se nomes são os itens mais básicos da linguagem e as proposições elementares são concatenações de nomes, parece que primeiro deveríamos saber o significado dos nomes, para só depois

32 A noção de forma dos objetos parece ser compatível com o holismo semântico do princípio do contexto. Dado que “conhecer um objeto é conhecer a sua forma”, i.e., suas possibilidades de ocorrência em estados de coisas, o conhecimento da referência de um nome parece depender do conhecimento do conjunto das possibilidades combinatórias do objeto denotado por aquele nome. Assim, só podemos saber o significado de um nome se conhecermos a forma lógica do objeto denotado. Isso significa que só é possível conhecer a referência de um nome contextualmente.

compor proposições. Mas o princípio do contexto inverte essa ordem, na medida em que é afirmado que um nome só tem significado no contexto proposicional.

Dada a leitura segundo a qual a ontologia do *Tractatus* é dependente da teoria da linguagem, a consequência ontológica do princípio do contexto seria que assim como nomes só possuem referência no interior de proposições, os objetos só podem existir conectados com outros objetos formando estados de coisas atuais. A tese de Frascolla que endossa a possibilidade de um mundo onde objetos existam isoladamente vai contra o paralelismo entre linguagem e realidade subscrito pelo *Tractatus*. Um nome só pode ser um nome no interior de proposições, assim como objetos só existem conectados no interior de estados de coisas atuais.

Isso significa que, por mais que nenhum fato seja necessário, o objeto deve estar em algum fato. Isso é ressaltado pela passagem que se segue à 2.013. Ao explicarmos a passagem 2.0131, que trata sobre a mancha no campo visual, afirmamos que, por mais que não seja necessário que a mancha tenha uma cor específica, alguma cor ela deve ter. Mas, visto que as cores são propriedades externas resultantes da concatenação de objetos, para a mancha ter alguma cor, ela já deve estar concatenada com outros objetos, formando um fato. O que a passagem 2.0131 indica ao afirmar que o objeto deve ter alguma propriedade externa é que um objeto deve estar concatenado com outros objetos, por mais que essa concatenação seja contingente.

Nesse sentido, afirmar que não há nada que obrigue um objeto a se concatenar com outros para formar um fato não significa subscrever a possibilidade de objetos existirem isoladamente. Com isso, estamos apenas ressaltando a autossuficiência dos objetos em relação aos fatos que eles podem aparecer. A própria passagem que menciona a autossuficiência dos objetos parece indicar, a partir de uma tese sobre linguagem, que objetos não podem existir isoladamente. Wittgenstein escreve entre os parêntesis de 2.0122: “É impossível que palavras intervenham de dois modos diferentes, sozinhas e na proposição”. Analogamente poderíamos afirmar que é impossível que objetos intervenham de dois modos diferentes, sozinhos e no estado de coisas. A autossuficiência do objeto destacada por 2.0122 não garante que objetos existam isoladamente, fora de um fato. O objeto é autossuficiente porque ele pode estar em qualquer fato que seja possível para ele.

Wittgenstein fala sobre a autossuficiência dos objetos apenas para destacar a contingência dos fatos, já a não autossuficiência dos objetos apenas ressalta que não podemos conceber um objeto sem o seu espaço de combinações possíveis. Mas a partir da tese de que a ontologia é dependente da teoria da linguagem, podemos entender a não autossuficiência dos objetos em um sentido mais amplo. O objeto não só é dependente do seu “espaço” de combinações possíveis. Outra forma de dependência seria a de que o objeto deve estar, de fato, em alguma dessas possibilidades de combinação. Chamamos isso de versão ontológica do princípio do contexto.

8. Realidade e espaço lógico

Nesse quadro mais amplo, a discussão sobre a autossuficiência e a não autossuficiência dos objetos em relação aos estados de coisas pode ser entendida a partir da distinção entre dois conceitos ontológicos: mundo e realidade. A relação entre esses dois conceitos é exposta nas seguintes passagens:

2.04 a totalidade dos estados existentes de coisas é o mundo.

2.05 a totalidade dos estados existentes de coisas também determina que estados de coisas não existem.

2.06 a existência e inexistência de estados de coisas é a realidade.

A partir dessas passagens podemos afirmar que o mundo é determinado por configurações atuais de objetos, os fatos. Todo fato é uma atualização de um possível estado de coisas. A forma dos objetos pode ser pensada como um espaço de possíveis estados de coisas que circunda os objetos (T 2.013). Esse espaço é constituído por todas as possibilidades combinatórias de um objeto. Essas possibilidades de combinação são tratadas como propriedades internas dos objetos, de modo que é impossível conceber um objeto sem conceber a sua forma.

O mundo é totalmente determinado porque todos os estados de coisas atuais, todos os fatos, são meras atualizações de possibilidades combinatórias necessárias para os objetos. Afirmar que toda possibilidade é necessária não significa afirmar que os fatos no mundo são necessários. O mundo está de tal e tal forma, ele é constituído por

configurações específicas de objetos, mas todas essas configurações poderiam não ser o caso. Nesse sentido, os fatos são contingentes, o que não é contingente é a possibilidade da existência de estados de coisas. O conceito de espaço lógico nos ajuda a precisar melhor as noções de fato e contingência, por um lado, e possibilidade e necessidade, por outro lado.

Wittgenstein em 1.13 afirma que “os fatos no espaço lógico são o mundo”. A formulação dessa frase permite pensar que o espaço lógico é um “espaço” maior que o mundo. Sabemos que o mundo é a totalidade dos fatos e que os fatos são meras atualizações de estados de coisas. Logo, o espaço lógico pode ser entendido como o “espaço” onde todos os estados de coisas já estão dados, i.e., todas as possibilidades combinatórias de objetos com outros objetos já estão dadas. Alguns comentadores, como Malcolm, identificam a forma dos objetos com as possibilidades combinatórias do espaço lógico: “this totality of possible states of affairs just is the form of the world. It consists of every possible state of affairs. It is identical with ‘logical space’”³³. A leitura de Malcolm é reforçada por 2.0124: “dado todos os objetos, com isso estão dados também todos os possíveis estados de coisas”.

Nessa perspectiva, o mundo seria a atualização de determinadas combinações possíveis que se “encontrariam” no espaço lógico. O mundo seria formado pelo conjunto de estados de coisas atuais (contingentes) e o espaço lógico seria formado pelo conjunto de possíveis estados de coisas (necessários). Visto que os fatos no mundo são atualizações de possíveis estados de coisas, o mundo pode ser visto como um recorte do espaço lógico.

Mas devemos tomar cuidado para não hipostasiar o espaço de possíveis estados de coisas identificado com o espaço lógico. No *Tractatus*, não existe uma espécie de terceiro reino onde as possibilidades existiriam tal como os fatos existem no mundo. O espaço lógico é dado a partir dos objetos; é porque os objetos possuem forma que é possível que todos os estados de coisas sejam determinados. Mas esses estados de coisas não devem ser entendidos como possibilidades metafísicas que existem em um

33 Malcolm, Norman (1986). *Nothing is hidden: Wittgenstein's criticism of his early thought*. New York, NY, USA: Blackwell, p. 2.

“mundo” intangível. Não existe um reino onde as possibilidades existem atualizadas, toda possibilidade é uma virtualidade que só pode se atualizar como fatos no mundo.

Visto que o mundo é a totalidade dos estados existentes de coisas, essa totalidade determina que estados de coisas não existem (2.05). Todos os estados de coisas existentes são atualizações de possibilidades, dadas determinadas atualizações sabemos que outras atualizações possíveis não foram atualizadas - que o livro esteja em cima da mesa determina que ele não está guardado na estante, mas o livro poderia estar guardado na estante. No *Tractatus*, o conceito de realidade se refere à existência e inexistência de estados de coisas (T 2.06). Nesse sentido, o conceito de realidade pode ser entendido como tendo uma extensão maior que o conceito de mundo. O mundo é um recorte do espaço lógico, e dado os fatos existentes no mundo é possível determinar quais fatos não existem.

A definição dos conceitos de espaço lógico, mundo e realidade revela a conexão intrínseca entre eles. O mundo é uma atualização de determinadas possibilidades de combinação do espaço lógico, enquanto a realidade é delineada pelo conjunto de todos os fatos, juntamente com as combinações possíveis não atualizadas. O conceito de realidade no *Tractatus* é usado para abarcar tanto os estados de coisas atuais quanto os estados de coisas que não se atualizaram, mas permanecem como possibilidades. Isso significa que a realidade é totalmente determinada, assim como a linguagem.

O conceito de realidade parece ser mobilizado para destacar que tudo aquilo que é contingente, i.e. os fatos no mundo, é uma mera atualização de possibilidades necessárias. A possibilidade de concatenação de objetos com outros objetos precisa ser necessária porque é a noção de forma do objeto que garante ligação entre linguagem e realidade. A possibilidade do discurso enunciativo repousa sobre o compartilhamento de formas entre nomes e objetos. É fundamental para o *Tractatus* que exista um isomorfismo entre linguagem e realidade.

O presente capítulo visou precisar uma das características fundamentais dos constituintes dos fatos, i.e. a noção de forma dos objetos. Além disso, também tratamos de algumas dificuldades que envolvem as discussões iniciais que dizem

respeito à ontologia de fatos desenvolvida no *Tractatus*. Essas discussões ontológicas preliminares possibilitaram a compreensão de uma das características essenciais do objeto tractatiano: a sua complexidade. Doravante, abordaremos as discussões que dizem respeito à segunda característica essencial dos objetos: a sua simplicidade. O próximo capítulo pretende analisar a simplicidade dos objetos e alguns pressupostos do argumento da substância. Tal argumento surge no contexto das justificações acerca da simplicidade do objeto. Os objetos tractatianos são entidades especiais na medida em que, apesar de possuírem certa complexidade devido a noção de forma, também devem ser considerados, a partir do argumento da substância, como o absolutamente simples.

II. A SIMPLICIDADE DOS OBJETOS

1. A ordem das razões do *Tractatus*

O objetivo específico deste capítulo é explicitar os pressupostos do argumento da substância e analisar algumas passagens que se relacionam diretamente com o argumento ao abordar o aspecto da simplicidade dos objetos. A noção de sentido aparece pela primeira vez no *Tractatus* em meio à argumentação em prol da existência da substância. Por isso, para entender por que o mundo deve ter uma substância, devemos investigar qual papel a substância desempenha para a determinação do sentido proposicional. Isso é o mesmo que perguntar sobre qual seria a relação entre realidade e linguagem. O interesse no argumento da substância envolve, em última instância, o ímpeto em entender o que permite que a linguagem possa descrever a realidade.

É válido questionar de que modo a tarefa clarificatória que explicita a lógica da nossa linguagem se relaciona com questões ontológicas, uma vez que parece razoável considerar que a tarefa clarificatória empreendida por Wittgenstein deveria dizer respeito apenas à análise lógica da linguagem. Dito de outra forma: a tarefa de explicitar as condições de possibilidade do discurso significativo não deveria abordar questões puramente linguísticas? A passagem 5.4711 responde a essa questão ao fornecer uma espécie de roteiro do *Tractatus*. Essa passagem fornece um aval para a afirmação de que existe uma relação entre as condições de possibilidade do discurso significativo e a essência do mundo: “especificar a essência da proposição significa especificar a essência de toda descrição e, portanto, a essência do mundo”.

A passagem 5.4711 nos permite afirmar que ao investigar as condições necessárias que possibilitam o discurso figurativo, Wittgenstein depara-se com certas condições que o mundo deve satisfazer para que ele possa ser representado pela linguagem. Dessa forma, essa passagem oferece uma resposta para a questão sobre qual seria a relação entre ontologia e condições de significatividade da linguagem: dentre as condições de possibilidade do discurso significativo, não há apenas exigências linguísticas, também há exigências ontológicas.

A tarefa clarificatória envolve discussões ontológicas porque a proposição tem o poder de descrever a realidade. Nesse sentido, as condições necessárias que possibilitam o discurso figurativo são condições que dizem respeito não só à linguagem, mas também ao mundo que é descrito pela linguagem, ou seja, a própria investigação sobre a linguagem exige um entendimento daquilo que é representado por ela. A explicitação da estrutura essencial do mundo, i.e. como o mundo deve ser para que a linguagem possa descrevê-lo é realizada nas passagens que dizem respeito à parte ontológica do *Tractatus*.

A maioria das passagens ontológicas são tão enigmáticas que, à primeira vista, o *Tractatus* pode ser interpretado como um texto dogmático. As primeiras páginas do *Tractatus* resumem-se a uma série de afirmações sobre como o mundo é, sem oferecer mais explicações sobre o porquê o mundo deve ser dessa maneira. Entre essas afirmações, encontramos algumas passagens que tratam sobre o estatuto ontológico do mundo: o mundo é a totalidade dos fatos e fatos são ligações atuais de objetos. Após essas afirmações, Wittgenstein trata sobre a natureza dos objetos tractatianos ao abordar a noção de forma dos objetos. O capítulo I desta dissertação buscou analisar essas passagens ontológicas iniciais, visando fornecer uma explicação para essas afirmações. No entanto, apesar do êxito em explicar essas passagens, uma questão permanece em aberto: por que o mundo deve ser da forma como Wittgenstein apresenta? Podemos fazer essa pergunta porque todas essas teses ontológicas são simplesmente afirmadas por Wittgenstein, sem que sejam fornecidos argumentos que as sustentem, e isso parece fornecer um caráter dogmático à obra.

No entanto, esse cenário muda drasticamente com a introdução do argumento da substância. Por um breve momento, Wittgenstein interrompe seu método expositivo habitual e oferece uma justificação um pouco mais robusta para uma de suas afirmações. A afirmação merecedora de um argumento trata sobre um ponto nevrálgico para o *Tractatus*: a tese segundo a qual os objetos constituem a substância do mundo.

A noção de substância é digna de um argumento na medida em que essa noção sustenta duas teses centrais para a obra: a completa determinação do sentido proposicional e a independência entre sentido e verdade da proposição. É por sustentar

essas duas teses que os objetos são entendidos como o fundamento último da teoria da linguagem apresentada no *Tractatus*.

Neste momento é importante apresentar de uma forma mais completa o que seria o argumento da substância. O argumento parece simples: ele afirma que caso o mundo não tenha substância, não poderíamos fazer figurações do mundo, pois o sentido de uma proposição dependeria de ser verdadeira ou não outra proposição. Contudo, nós podemos fazer figurações do mundo, logo, o mundo tem substância.

Note que a justificação usada em prol da afirmação de que o mundo deve ter substância é de natureza linguística. As passagens que compõem o argumento da substância são um claro exemplo de como a ordem de razões exposta em 5.4711 é aplicada no *Tractatus*. Segundo essa ordem de razões, especificar a essência da proposição é especificar a essência do mundo. A concepção segundo a qual, do fornecimento da essência da linguagem segue-se o desvelamento da essência da descrição e que dessa se extrai a essência do mundo é de alguma maneira exemplificada no argumento da substância. Isso porque o argumento da substância demonstra que a existência da substância é um requisito para que as proposições sejam dotadas de sentido determinado.

Nesse sentido, o argumento da substância é um modelo claro de como a ontologia do *Tractatus* deve ser entendida: a ontologia é dependente da teoria da linguagem. Isso significa que as asserções sobre a estrutura última da realidade podem ser estabelecidas independentemente de uma investigação empírica sobre essa realidade. As passagens ontológicas são mobilizadas para responder à questão sobre como o mundo deve ser para que a linguagem possa descrevê-lo, ou seja, o mundo é de tal e tal maneira porque a linguagem exige que ele seja assim. Dado o fato da linguagem, dado o fato de que produzimos proposições com sentido, o mundo deve ter determinadas características ontológicas que fazem parte das condições de possibilidade da linguagem significativa.

Antes da introdução do argumento da substância, há dois momentos no *Tractatus* em que teses sobre linguagem são empregadas para justificar ou sustentar teses ontológicas. Com a introdução do argumento da substância, esse método se

repete pela terceira vez³⁴. Isso reforça nossa leitura segundo a qual a ontologia do *Tractatus* é uma mera consequência da teoria da linguagem. Outro ponto que reforça essa leitura é o fato de que Wittgenstein afirma a existência dos objetos sem mencionar um exemplo sequer do que seriam esses objetos. Isso é possível porque o argumento da substância é um argumento transcendental que trata das condições de significatividade da linguagem. Para que a linguagem seja significativa é necessário que o mundo seja a totalidade dos fatos e que esses fatos sejam compostos por objetos que são a substância do mundo.

2. Um argumento transcendental

Ao considerar o argumento da substância como um argumento transcendental, podemos esclarecer como Wittgenstein pode falar sobre o mundo independentemente de uma investigação empírica. Nesse contexto, a necessidade da existência da substância aparece como uma consequência da teoria da linguagem. O mundo deve ter substância porque o sentido da proposição precisa ser determinado, isso só é possível se existirem objetos simples que são o significado dos nomes que compõem a proposição elementar³⁵. Endossar que a defesa da existência da substância é sustentada por um argumento transcendental está de acordo com o princípio básico do *Tractatus* expresso em 5.551:

Nosso princípio básico é que toda questão que se possa decidir por meio da lógica deve poder-se decidir de imediato.

(E se chegamos à situação de ter que olhar o mundo para solucionar tal problema, isso mostra que seguimos uma trilha errada por princípio).

Wittgenstein não segue uma falsa trilha ao defender a existência de itens ontológicos que são os constituintes últimos da realidade porque a defesa da existência da substância é mobilizada por um argumento transcendental que trata a substância como uma exigência semântica para a condição de significatividade da linguagem. É

34 Esse método é usado respectivamente em 2.0122, 2.0201 e 2.0211.

35 Mais adiante, dedicamo-nos a explicar por que o *Tractatus* concebe o sentido da proposição como algo totalmente determinado. A total determinação do sentido depende da existência de proposições elementares, que são formadas apenas por nomes que denotam objetos simples. Em última instância é o conceito de objeto que garante a determinabilidade do sentido proposicional.

por isso que, por mais que o argumento defenda a existência dos constituintes últimos da realidade, essa defesa não depende de nenhuma investigação empírica acerca dessa mesma realidade. Há um relato de Malcolm em seu livro “Ludwig Wittgenstein: A Memoir” que reforça a ideia de que o comprometimento com a existência dos objetos não depende de uma investigação empírica.

“One anecdote should be recorded. I asked Wittgenstein whether, when he wrote the *Tractatus*, he had ever decided upon anything as an example of a 'simple object'. His reply was that at that time his thought had been that he was a logician; and that it was not his business, as a logician, to try to decide whether this thing or that was a simple thing or a complex thing, that being a purely empirical matter! It was clear that he regarded his former opinion as absurd.” (Malcolm & Von Wright, *Ludwig Wittgenstein: A Memoir*, 2001, p. 70)

Como Malcolm afirma em seu relato, Wittgenstein não precisa fornecer qualquer exemplo de objeto porque o seu papel como lógico é apenas garantir que os objetos existam. O ponto de Wittgenstein é que o *Tractatus* trata daquilo que se pode decidir de imediato por meio da lógica. O que se pode decidir de imediato acerca dos objetos é que eles devem existir para garantir a significatividade da linguagem. A existência dos objetos é determinada a priori, assim como qualquer assunto da lógica.

No *Tractatus*, toda proposição deve ser passível de uma análise completa. O *Tractatus* pode pressupor o fim da análise lógica das proposições por causa do caráter determinado do sentido proposicional. Considerando que o sentido da proposição é totalmente determinado, o que devemos encontrar no término da análise é uma concatenação de nomes que projeta uma combinação possível de objetos. No entanto, essa análise não é realizada no *Tractatus*, a impossibilidade de fornecer exemplos de objetos e proposições elementares diz respeito ao fato de que o *Tractatus* apenas supõe a existência de uma análise lógica da proposição que deve chegar a um fim. Ou seja, é impossível fornecer exemplos de objetos porque a análise lógica é apenas pressuposta no *Tractatus*. A realização dessa análise deveria ser uma tarefa posterior ao *Tractatus*, na medida em que realizar a análise resume-se a uma questão empírica.

Mas apesar dos objetos serem entendidos como aquilo que encontraremos no fim da análise, o *Tractatus* pode afirmar legitimamente a existência dos objetos – por

mais que o fim da análise ainda não tenha sido realizado – porque o argumento que determina a existência dos objetos é um argumento transcendental que trata das condições de significatividade do discurso. Em síntese, Wittgenstein pode fornecer um argumento em defesa da existência dos objetos sem precisar fornecer exemplos de objetos para chegar a essa conclusão, porque não precisamos chegar ao fim da análise lógica para garantir a existência de objetos. A passagem 5.5562 reforça tal ideia ao afirmar que “se sabemos, por razões puramente lógicas, que deve haver proposições elementares, deve sabê-lo quem quer que entenda proposições em sua forma não analisada.”. Analogamente, na medida em que o objeto é aquilo que compõe a proposição elementar, devemos saber, por razões puramente lógicas, que deve haver objetos. Isso é possível porque o que é estabelecido logicamente é estabelecido a priori (T 5.551). Visto que a existência dos objetos é estabelecida logicamente, o *Tractatus* não precisa fornecer nenhum exemplo de objeto para garantir a sua existência, pois “a lógica é anterior a toda experiência de que algo é assim” (T 5.552). Objetos devem existir porque eles sustentam a determinação do sentido proposicional garantindo, a princípio, que a análise lógica das proposições chegue ao fim.

3. “O objeto é simples”

Após essas observações preliminares sobre o que está em jogo com a mobilização do argumento da substância, podemos agora nos concentrar mais diretamente no argumento, munidos por um *background* que explicita algumas pressuposições do motivo pelo qual o argumento é fundamental para o arcabouço conceitual tractatiano. Considerando que o argumento consiste em apenas duas breves passagens, é pertinente citar não apenas essas passagens, mas também aquelas passagens que as precedem e se relacionam com as passagens que abordam o argumento.

É importante ressaltar que o argumento da substância surge no contexto em que Wittgenstein expõe a segunda característica essencial dos objetos; objetos são entidades especias que, além de possuírem forma, são simples. A maioria das passagens ontológicas tratam da primeira característica essencial dos objetos, a chamada “forma dos objetos”. Logo após a passagem 2.0141 que trata exatamente

sobre a noção de forma, Wittgenstein pausa esse bloco de comentários para começar a tratar da segunda característica essencial dos objetos: sua simplicidade.

Há três passagens anteriores ao argumento da substância que se relacionam diretamente com o argumento. Dentre essas três passagens, a primeira passagem trata exatamente da simplicidade do objeto, inaugurando o tema sobre a sua segunda característica essencial. Seguem-se as passagens:

2.02 O objeto é simples.

2.0201 Todo enunciado sobre complexos pode-se decompor em um enunciado sobre as partes constituintes desses complexos e nas proposições que os descrevem completamente.

2.021 Os objetos constituem a substância do mundo. Por isso não podem ser compostos.

O que ficou conhecido na literatura tractatiana como o argumento da substância são as duas passagens que se seguem imediatamente a 2.021:

2.0211 Se o mundo não tivesse substância, ter ou não ter sentido uma proposição dependeria de ser ou não verdadeira uma outra proposição.

2.0212 Seria então impossível traçar uma figuração do mundo (verdadeira ou falsa).

Quais são as relações que essas passagens mantêm entre si? Para responder a essa pergunta, é preciso destrinchar a cadeia de razões expressa por esse conjunto de passagens. É possível ler a passagem 2.021 como justificando 2.02: o objeto é simples porque objetos constituem a substância do mundo. Mas qual seria a justificção que sustenta os objetos como a substância do mundo? Pela ordem das justificções, a simplicidade do objeto é uma característica derivada do fato dos objetos serem substância, mas por que objetos são substância? O argumento da substância (2.0211-12) é usado justamente para responder a essa questão. É necessário que objetos constituam a substância do mundo para que o sentido de uma proposição não dependa da verdade de outra proposição; é graças a existência da substância que podemos traçar figurações do mundo.

Posteriormente, examinaremos o que o argumento pretende estabelecer. Por ora, nossa preocupação é investigar as relações entre as passagens citadas acima. As passagens 2.0201 e 2.021 podem ser lidas como fornecendo os motivos pelo qual o objeto é simples. Mas é importante destacar que a passagem 2.021 também é mobilizada para introduzir a noção de substância no texto. A menção a essa noção sugere que a passagem trata de algo a mais do que apenas a simplicidade do objeto. Essa passagem é usada precisamente para afirmar a existência dos objetos enquanto substância.

A passagem 2.02 apenas afirma que “o objeto é simples”. A passagem 2.0201 justifica por que o objeto deve ser simples. Já a passagem 2.021 explicita justamente o que garante a simplicidade dos objetos. E a dupla de passagens 2.0211 e 2.0212 constituem o argumento da substância. Essas são as relações existentes entre as passagens que se seguem de 2.02. Nesse contexto, 2.021 e 2.0211 explicitam duas informações: os objetos são simples porque são substância e os objetos devem ser substância para que o sentido da proposição não dependa da verdade de uma outra proposição. Mas o argumento da substância não explica por que a substância garante a independência do sentido em relação ao valor de verdade da proposição. O argumento apenas informa que os objetos devem ser a substância do mundo na medida em que objetos garantem a possibilidade de traçarmos figurações.

Por conseguinte, a tentativa de elucidar o que a noção de substância significa para a economia conceitual tractatiana depende do entendimento de outras teses que são apenas mencionadas no contexto do argumento, como a tese da independência entre o sentido e o valor de verdade da proposição. Para explicar essa tese, realizaremos uma análise detalhada da passagem 2.0201. Antes de abordarmos mais diretamente o argumento da substância, é crucial compreender qual é a tese que a existência da substância pretende sustentar. A existência da substância garante a anterioridade lógica do sentido da proposição em relação ao seu valor de verdade. Agora, nossa atenção se volta para as discussões a respeito dessa tese.

4. “A proposição é uma função de verdade”

Conforme já afirmado, no meio do conjunto de passagens que comentam 2.02, encontra-se a passagem 2.0201 que deve ser lida como justificando a simplicidade do objeto. A passagem 2.0201 fornece uma justificação para a simplicidade dos objetos ao tratar a noção de simplicidade como uma exigência para o caráter totalmente determinado do sentido proposicional.

Nessa perspectiva, o objeto é simples (T 2.02) porque “todo enunciado sobre complexos pode-se decompor em um enunciado sobre as partes constituintes desses complexos e nas proposições que os descrevem completamente” (T 2.0201). Nessa passagem, o fundamento para a simplicidade do objeto tem a mesma natureza que o fundamento para a existência da substância: ambos são justificações linguísticas para teses ontológicas. No caso de 2.0201, a justificação linguística para a tese ontológica que afirma a simplicidade dos objetos envolve a concepção de que a proposição é uma função de verdade e a exigência da determinação do sentido proposicional.

No que segue, vamos nos dedicar a explicitar o que seria o aspecto composicional da teoria da linguagem no *Tractatus* a fim de compreender os pressupostos envolvidos em 2.0201³⁶. Um enunciado sobre complexos possui sentido determinado porque a sua análise deve chegar a um fim. A análise só pode chegar a um fim por causa da existência de entidades absolutamente simples que não podem ser mais analisadas.

Um enunciado sobre complexos é uma proposição formada por outras proposições. No *Tractatus*, a proposição tem um aspecto composicional de modo que o sentido de uma proposição que é formada por outras proposições depende do sentido das suas partes constituintes. Mas para o sentido da proposição ser determinado é preciso que existam proposições nas quais o sentido não dependa de outras proposições; é preciso que existam proposições mais simples. Partindo do mais complexo para o mais simples, existem proposições moleculares, formadas por proposições elementares ligadas umas às outras por meio de conectivos lógicos. As proposições elementares que compõem as proposições moleculares são formadas

³⁶ As expressões “aspecto/caráter composicional da proposição” e “aspecto composicional da teoria da linguagem” são utilizadas neste texto para referir-se à concepção endossada pelo *Tractatus* segundo a qual a proposição é uma função de verdade.

apenas por nomes. O único papel semântico de um nome é a sua relação de denotação com objetos na realidade. Nomes garantem a completa determinação do sentido proposicional na medida em que são itens linguísticos indecomponíveis cuja única função é ter objetos como sua referência.

O caráter composicional da proposição é expresso por T 5: “a proposição é uma função de verdade”. Segundo esse aspecto composicional, a proposição molecular é uma função de verdade das proposições elementares que a compõem, já as proposições elementares são funções de verdade de si mesmas. Afirmar que a proposição elementar é uma função de verdade de si mesma significa dizer que, diferentemente da proposição molecular, a determinação do valor de verdade da proposição elementar não depende da determinação do valor de verdade de nenhuma proposição. Além disso, a determinação do sentido da proposição elementar também não depende da determinação do sentido de outras proposições. Já a determinação do sentido da proposição molecular depende da determinação do sentido das proposições elementares que a compõem.

De acordo com a concepção segundo a qual as proposições são funções de verdade, as proposições moleculares são dependentes das proposições elementares que as compõem, mas o fato de a proposição elementar não ser composta por outras proposições garante a sua independência. Para o sentido da proposição ser determinado, a dependência que envolve a proposição molecular deve chegar a um fim. O fundamento para a determinação do sentido repousa justamente sob o caráter independente da proposição elementar. A determinação do sentido e do valor de verdade da proposição elementar não depende de nenhuma outra proposição porque a proposição elementar possui uma relação direta com a realidade. Segundo 4.21 “a proposição mais simples, a proposição elementar, assevera a existência de um estado de coisas”. O sentido da proposição elementar pode ser compreendido diretamente porque a proposição elementar é uma figuração da realidade.

Nessa perspectiva, a proposição elementar é uma função de verdade de si mesma porque ela é formada apenas por nomes. Nomes, por sua vez, denotam objetos simples que são a substância do mundo. No *Tractatus*, a significatividade da proposição é explicada devido à relação existente entre linguagem e realidade.

Objetos são simples porque o aspecto composicional da proposição exige que existam entidades indecomponíveis que garantam a determinação do sentido proposicional. Ou seja, o caráter composicional da proposição exige que o simples exista. Em suma, o aspecto de simplicidade dos nomes que compõem a proposição elementar garante a determinação do sentido proposicional. A passagem 2.0201 justifica a simplicidade do objeto apelando justamente para o caráter composicional da proposição.

Apesar do aspecto composicional da proposição, seu sentido é completamente determinado porque sua composicionalidade chega a um fim. Isso só é possível porque a composicionalidade da proposição exige que existam proposições que descrevam completamente as partes constituintes dos complexos, como é afirmado em 2.0201. As proposições elementares descrevem completamente as partes constituintes dos complexos porque a proposição elementar não é passível de decomposição. Diferentemente da proposição molecular, a proposição elementar não é composta por outras proposições, visto que a proposição elementar é formada apenas por nomes que denotam objetos. Essa relação de denotação garante um vínculo direto com a realidade.

Para entender por que a relação de denotação garante um vínculo entre linguagem e realidade, precisamos tratar da teoria da figuração. O ponto central é que objetos possuem uma relação com os elementos da figuração, permitindo o elo entre linguagem e realidade. Segundo a teoria da linguagem apresentada no *Tractatus*, “a proposição é uma figuração da realidade. A proposição é um modelo da realidade tal como pensamos que seja” (T 4.01). Isso significa que o poder representacional da proposição advém do fato de ela ser uma figuração: “A proposição só enuncia algo na medida em que é figuração” (T 4.03).

Mas o que significa ser figuração? Nas passagens que compõem a chamada teoria pictórica da figuração, Wittgenstein afirma que a relação afiguradora é responsável por constituir a figuração enquanto tal (T 2.1513). Essa relação “consiste nas coordenações entre os elementos da figuração e as coisas” (T 2.1514). É graças à relação afiguradora que os elementos da figuração podem se coordenar com os objetos na realidade de tal forma que os elementos da figuração passam a cumprir o papel dos objetos que eles substituem. Wittgenstein afirma que “essas coordenações são como

que as antenas dos elementos da figuração, com as quais ela toca a realidade” (T 2.1515). A figuração só toca a realidade porque “os elementos da figuração substituem nela os objetos” (T 2.131) devido a relação afiguradora. Na medida em que a proposição é uma figuração da realidade, a proposição também deve possuir elementos que substituem nela os objetos. Esses elementos são precisamente os nomes: “o nome substitui, na proposição, o objeto” (T 3.22).

A exposição da teoria da figuração, mesmo que de forma superficial, ajuda a precisar por que a passagem 2.0201 deve ser entendida como uma justificação para a simplicidade do objeto. Por mais que o *Tractatus* endosse o caráter composicional da proposição, o sentido proposicional é totalmente determinado por causa da existência da proposição elementar. Por mais que a condição de sentido da proposição molecular dependa das condições de sentido das proposições elementares que a compõem, as condições de sentido das proposições elementares não dependem das condições de sentido de nenhuma outra proposição. É isso que 2.0201 quer significar ao afirmar que “todo enunciado sobre complexos pode-se decompor em um enunciado sobre as partes constituintes desses complexos e nas proposições que os descrevem completamente.”.

A composicionalidade da proposição exige que objetos simples existam como uma garantia para o caráter totalmente determinado do sentido proposicional. Além disso, a existência dos objetos garante a independência entre o sentido e o valor de verdade das proposições. É isso que está em jogo com o argumento da substância que analisaremos detidamente mais à frente. Segundo o argumento, caso não houvesse substância, o sentido da proposição dependeria da verdade de outra proposição. Nesse cenário, não poderíamos fazer figurações do mundo, pois a dependência entre sentido e verdade culminaria em um regresso em que jamais seria possível compreender o sentido de uma proposição.

Mas, o *Tractatus* pode afirmar a independência entre sentido e verdade por causa da existência da substância. Compreendemos o sentido de uma proposição diretamente porque o sentido da proposição elementar é determinado por ela mesma. Isso é possível porque a proposição elementar é formada apenas por nomes que denotam objetos. Essa relação de denotação impõe um ponto de parada na composicionalidade da proposição, garantindo a determinação do sentido

proposicional. Por não ser composta, a proposição elementar asseve a existência de um estado de coisas porque seus elementos, os nomes, mantêm uma relação de denotação com objetos na realidade. Nessa perspectiva, por mais que o sentido de algumas proposições dependa do sentido de outras proposições, i.e. o sentido da proposição molecular depende do sentido das proposições elementares que a compõem, essa dependência de sentido deve ter um fim, caso contrário, o sentido da proposição não seria completamente determinado. O que garante a determinação do sentido é a existência da proposição elementar, seu sentido pode ser compreendido diretamente justamente por causa da sua elementaridade.

5. A compreensão do sentido da proposição

A explicitação dos pressupostos que envolvem a passagem 2.0201 ajuda a entender como a simplicidade do objeto fundamenta a determinação do sentido proposicional. Além disso, afirmamos que a determinabilidade do sentido garante uma tese fulcral para o *Tractatus*: a anterioridade lógica do sentido da proposição em relação ao seu valor de verdade. Mas o que significa afirmar que o sentido é logicamente independente do valor de verdade da proposição? Podemos compreender o sentido de uma proposição independentemente da determinação do seu valor de verdade e do valor de verdade de qualquer outra proposição porque toda proposição significativa tem sentido determinado: a proposição elementar asseve a existência de um estado de coisas.

Compreender uma proposição é saber identificar o estado de coisas que ela asseve: “entender uma proposição significa saber o que é o caso se ela for verdadeira. (pode-se, pois, entendê-la e não saber se é verdadeira)” (T 4.024). Compreender uma proposição é o mesmo que saber como o mundo deve estar caso a proposição seja verdadeira. Mas a identificação dessa situação não depende da determinação do valor de verdade da proposição, essa ideia é explicitada por 2.22 “a figuração representa o que representa, independentemente de sua verdade ou falsidade, por meio da forma de afiguração”. A forma de afiguração é aquilo que possibilita que uma figuração tenha sentido independentemente do seu valor de verdade. A proposição pode descrever a realidade porque há um compartilhamento de formas entre ambas. Esse isomorfismo

garante que a proposição possua sentido independentemente de como os objetos denotados pelos nomes na proposição se encontram na realidade.

Em última instância, podemos afirmar que não existe uma dependência entre sentido e valor de verdade no *Tractatus* devido à existência de objetos simples que possuem forma. O mundo deve ter uma substância porque podemos entender o sentido de uma proposição elementar diretamente e a compreensão desse sentido não depende do valor de verdade de nenhuma proposição.

Na medida em que a compreensão do sentido de uma proposição independe da identificação do seu valor de verdade, para saber de fato se uma proposição é verdadeira, devemos compará-la com a realidade. A determinação do valor de verdade de uma proposição depende da sua comparação com a realidade, porque toda proposição significativa deve poder ser verdadeira e deve poder ser falsa. Por isso, a determinação do valor de verdade de uma proposição significativa não pode ser estipulado puramente no símbolo. Segundo 2.224: “Não é possível reconhecer, a partir da figuração tão somente, se ela é verdadeira ou falsa.” e, por consequência, “uma figuração verdadeira a priori não existe” (T 2.225).

Em suma, a existência da substância fundamenta duas teses fulcrais a respeito da teoria da linguagem tractatiana: a simplicidade do objeto garante a determinação do sentido proposicional, e por sua vez, a total determinação do sentido proposicional garante a independência entre o sentido e o valor de verdade das proposições.

A proposição tem sentido determinado porque ela é uma figuração. Ser figuração é ter a capacidade de representar algo independentemente da existência ou inexistência desse algo. A proposição só pode representar algo independentemente de sua verdade ou falsidade por causa da sua bipolaridade. O sentido da proposição é independente do seu valor de verdade porque os elementos da figuração modelam como os objetos podem estar na realidade caso a proposição seja verdadeira. Se os objetos denotados pelos nomes não se encontram na realidade tal como a proposição afirma, a proposição é falsa.

Isso significa que apesar do mundo ser a totalidade dos fatos, a linguagem não descreve só o que é verdadeiro, também descrevemos o que não é o caso. Todo fato é essencialmente contingente, o mundo atual se encontra de tal e tal forma, mas os objetos que estão concatenados uns com os outros formando fatos poderiam estar em qualquer outra ligação possível para eles. Todo fato é uma mera atualização de uma determinada combinação possível de objetos. A proposição, ao representar a realidade, afirma que certas possibilidades de combinação dos objetos se encontram realizadas. A proposição afirma que o mundo está (ou não) de tal e tal forma. Mas o mundo pode não estar de acordo com o que a proposição asseve. Assim como todo fato é essencialmente contingente, toda proposição significativa é essencialmente bipolar. Toda proposição com sentido deve poder ser verdadeira e deve poder ser falsa, sendo por isso que a proposição pode representar a realidade.

O que fizemos até aqui foi tratar de algumas discussões que dizem respeito às passagens familiares ao argumento da substância tendo por objetivo mostrar que a passagem 2.0201 fornece a primeira justificação para a simplicidade do objeto: a simplicidade do objeto é uma exigência para a determinação do sentido proposicional. Por sua vez, a determinação do sentido, fundada na simplicidade do objeto, garante a independência entre sentido e valor de verdade da proposição.

A segunda justificação para essa simplicidade encontra-se em 2.021: “os objetos constituem a substância do mundo. Por isso não podem ser compostos.”. No entanto, parece que essa justificação precisaria ela mesma de justificação. Dentro da cadeia de justificações tractatianas, o objeto é simples (T 2.02) porque é a substância do mundo (T 2.021). Mas poderíamos fazer a seguinte pergunta: por que os objetos são substância? A resposta para essa questão é fornecida justamente pelo argumento da substância.

Após a explicação do motivo pelo qual o sentido da proposição é independente do seu valor de verdade e do valor de verdade de qualquer outra proposição, podemos voltar a nossa atenção, de forma minuciosa, para o próprio argumento que possibilita a existência daquilo que garante que o sentido da proposição não dependa do seu valor de verdade. Isto é, precisamos analisar o argumento que determina a existência daquilo que possibilita o discurso significativo. Se a substância é o fundamento último da

teoria da linguagem tractatiana, é preciso analisar os pormenores da argumentação que introduz a noção de substância no arcabouço conceitual da obra. Afinal, o que significa afirmar que os objetos constituem a substância do mundo? O próximo capítulo pretende fornecer uma resposta para essa pergunta.

III. OBJETOS E SUBSTANCIALIDADE

1. “Os objetos constituem a substância do mundo”

No *Tractatus*, a substância do mundo garante o fato da linguagem. O argumento da substância ilustra bem essa afirmação: a não existência da substância resultaria em uma dependência entre sentido e verdade; por sua vez, tal dependência poderia envolver um regresso no qual jamais conseguiríamos compreender o sentido de uma proposição diretamente. Uma das preocupações do capítulo II foi mostrar que a independência entre o sentido e o valor de verdade das proposições é fundamentada na simplicidade dos objetos. Agora, o principal objetivo deste capítulo é analisar o argumento que sustenta a existência desses objetos simples, explorando a seguinte questão: o que confere aos objetos o estatuto ontológico de substância?

Pelo menos em leituras realistas, não há um desacordo sobre o argumento da substância ser utilizado para estabelecer a existência da substância e justificar o motivo pelo o qual os objetos devem constituir a substância do mundo. No entanto, há uma disputa sobre como o conceito de substância deve ser entendido. A pergunta que precisa ser respondida é “o que garante o *status* de substância aos objetos?”. Em última instância, é preciso responder se objetos são substância porque são simples ou se objetos são simples porque são substância.

Comumente, o argumento da substância é lido como sendo mobilizado para defender a existência dos objetos simples. Essa leitura baseia-se no fato de que o argumento é um comentário à passagem 2.021 onde é afirmado que os objetos não podem ser compostos porque constituem a substância do mundo. Por conta dessa passagem, tal leitura concorda que ser substância é o mesmo que ser simples. Dessa forma, o argumento seria usado primariamente em defesa da simplicidade do objeto, mostrando que se o objeto simples não existisse, seria impossível traçar figurações do mundo. Por ser uma passagem que é um comentário sobre uma das justificações para a simplicidade do objeto, o argumento da substância, em leituras realistas, seria responsável pela defesa da existência do simples. Nessas leituras, objetos constituem a

substância porque são simples, ou seja, o fundamento da substancialidade dos objetos está em sua simplicidade.

No entanto, Ian Proops, no artigo “*Wittgenstein on the Substance of the World*”, apresenta uma compreensão do argumento da substância diferente da leitura apresentada acima. Para Proops, o interesse primário de Wittgenstein com o argumento é defender os objetos como existentes necessários, e não apenas a sua simplicidade. Nessa leitura, a simplicidade do objeto é uma característica que se segue de sua necessidade. O *insight* que mobiliza o texto de Proops é o de que a noção de simplicidade não é suficiente para justificar o motivo pelo qual os objetos são a substância do mundo.

Seu artigo tem a seguinte pergunta como ponto de partida: por que Wittgenstein precisaria usar a noção de substância, um conceito tão carregado de significado na história da filosofia, apenas em defesa da existência dos objetos simples? Tal pergunta é realizada logo no início de seu artigo:

This brief argument has presented an abiding challenge to Wittgenstein’s interpreters. One of its many mysteries concerns its invocation of the notion of substance. Because ‘objects form the substance of the world’ (2.021), the argument must be intended to establish the existence of Tractarian objects. But since that is so, why doesn’t Wittgenstein argue directly for objects? Why does he introduce the concept of substance at all? (Proops, *Wittgenstein on the Substance of the World*: 2004, p. 106)

Proops faz um simples, e significativo, questionamento a fim de explicitar qual seria o problema em conceber que o argumento da substância defende primariamente a existência do objeto enquanto simples. Se o objetivo do argumento fosse apenas a defesa do objeto simples, por que Wittgenstein precisaria fazer uso da noção de substância? A questão é que a simplicidade do objeto poderia ser sustentada sem o apelo à noção de substância. Para Proops, isso seria um indício de que o argumento da substância não deve ser entendido como um argumento que é usado primariamente em defesa da existência do simples.

O ponto central da crítica de Proops ao modo como a maior parte das interpretações realistas do *Tractatus* compreendem o papel do argumento reside na ideia de que compreender o argumento da substância apenas como um argumento em defesa da existência do simples é insuficiente para elucidar a relação entre simplicidade e substância. O fato do argumento ser um comentário a uma passagem que trata da simplicidade dos objetos não é suficiente para determinar que sua principal função seja apenas afirmar a existência do simples.

É importante ressaltar que a leitura de Proops não discorda que o argumento possa ser lido como afirmando a existência do simples. Mas a simplicidade do objeto advém do fato do objeto ser substância, ou seja, a simplicidade não fornece o caráter de substancialidade aos objetos. Proops afirma que o objeto é simples porque é substância. Nessa leitura, a simplicidade do objeto é uma consequência de sua substancialidade, a noção de simplicidade é relacionada ao conceito de substância. No entanto, a simplicidade não deve ser entendida como a justificativa para os objetos serem a substância do mundo. Objetos são simples porque constituem a substância do mundo, mas a noção de simplicidade não é suficiente para explicar por qual razão objetos são substância.

Segundo Proops, o fato de Wittgenstein não argumentar diretamente em defesa dos objetos enquanto simples no momento em que a existência da substância do mundo é defendida no *Tractatus* é um indício de que a noção de substância parece ser usada no texto para acrescentar algo a mais à noção de objeto simples. Mas o que seria esse acréscimo? Com qual propósito Wittgenstein introduz o conceito de substância em sua argumentação? O objetivo do texto de Proops é fornecer uma resposta para essa questão e a realização de tal tarefa depende da elucidação do próprio conceito de substância no *Tractatus*. Doravante, trataremos do texto de Proops visando explicitar como o conceito de substância é entendido segundo a sua leitura.

2. Uma ressalva importante

Segundo Proops, Wittgenstein mobiliza a noção de substância para “explorar a presumida familiaridade do leitor com a tradição filosófica.”³⁷. A tradição filosófica em questão seria a de Kant, de modo que o conceito de substância no *Tractatus* faz uma alusão à concepção kantiana de substância. Proops não é o primeiro comentador que aproxima o *Tractatus* à Kant. Tal aproximação já existe desde os textos de Stenius, que classifica a tarefa do *Tractatus* com uma investigação transcendental sobre os limites do discurso significativo.

Mas enquanto o texto de Stenius explora a influência kantiana em relação ao projeto geral tractatiano, o texto de Proops ressalta especificamente a influência da concepção kantiana de substância para a própria concepção de substância no *Tractatus*. Contudo, é importante destacar que essa abordagem não é exclusiva do texto de Proops. Robert Fogelin na segunda edição de seu livro intitulado “*Wittgenstein: The Arguments of the Philosophers*” sugere que a noção de substância tractatiana tem um sentido kantiano³⁸. Mas Fogelin, apenas menciona rapidamente essa hipótese. Enquanto que a novidade do texto de Proops é justamente o desenvolvimento do que ele chama de “hipótese da alusão kantiana”. Proops subscreve tal hipótese interpretativa tendo como objetivo levá-la até as últimas consequências. O objetivo de seu texto é realizar uma “reconstrução simpática do argumento da substância” partindo da hipótese da influência kantiana. A realização dessa tarefa envolve dois momentos distintos. Primeiramente, Proops argumenta em favor do que ele chama de “hipótese da alusão kantiana”, para então apresentar sua própria interpretação e avaliação do argumento da substância.

Antes de prosseguir com a análise do artigo é relevante fazer uma ressalva que é sinalizada pelo próprio Proops no início de seu texto. Tal ressalva também já foi feita logo nas primeiras páginas da presente dissertação, mas devido a sua importância é justo repeti-la. Existe uma dificuldade em atribuir teses ou argumentos ao *Tractatus*. A dificuldade em afirmar a existência de teses no *Tractatus* advém do fato de que no final da obra descobrimos que as próprias “proposições” de Wittgenstein são absurdas.

37 Proops, Ian (2004). Wittgenstein on the substance of the world. *European Journal of Philosophy* 12 (1): 106.

38 Fogelin, Robert J. (1987). *Wittgenstein*. New York: Routledge, p.10.

Na medida em que as aparentes proposições do *Tractatus* são absurdas, como podemos afirmar que há teses ou qualquer espécie de argumentos na obra? A dificuldade está em precisar como pseudoproposições que nada descrevem podem “comunicar” algo de caráter positivo como uma tese. Ao afirmar que o objetivo de seu artigo é realizar uma reconstrução simpática do argumento da substância, Proops tem o cuidado de ressaltar que existe uma dificuldade em tratar as passagens do *Tractatus* como sendo plenas de sentido. No entanto, na medida em que o texto de Proops pretende fazer uma reconstrução do argumento em seus próprios termos, ele precisa pressupor, pelo menos temporariamente, que os comentários de Wittgenstein são significativos. O projeto do texto de Proops depende de tal pressuposição, isso é explicitado pela seguinte passagem de seu texto:

My aim will be to see how far it is possible to go towards a sympathetic reconstruction of the argument, while acknowledging that the thesis it is an argument for is intended to be recognized, ultimately as nonsense (cf. 4.1272, 6.54). Accordingly, as is standard, I shall temporarily adopt the stance of treating Wittgenstein's remarks as making full sense in order to work through the argument on its own (apparent) terms. (Proops, Wittgenstein on the Substance of the World: 2004, p. 107)

É devido a existência da dificuldade sobre como devemos entender o *status* das próprias “proposições” do *Tractatus* que Proops, pelo menos no início de seu artigo, tem o cuidado de chamar o argumento da substância de “argumento (aparente)” com “termos (aparentes)”. Se no fim do *Tractatus* descobrimos que o discurso metafísico é absurdo, a tese para o qual o argumento da substância é mobilizada (juntamente com o próprio argumento) também deve ser considerada absurda.

No entanto, apesar de destacar a dificuldade de ter que lidar com o caráter absurdo das pseudoproposições do *Tractatus*, o texto de Proops apenas visa reconstruir o (aparente) argumento da substância a fim de entender qual seria a concepção de substância presente no *Tractatus*. Mas, o texto deixa em aberto a questão sobre qual seria o objetivo do absurdo tractatiano. Proops não se compromete em tentar responder à dificuldade que as leituras realistas precisam enfrentar sobre como pseudoproposições absurdas poderiam “comunicar” algo.

Para não ficarmos completamente paralisados diante da dificuldade que permeia o absurdo tractatiano, devemos seguir o conselho de Proops e considerar os comentários do *Tractatus* como sendo provisoriamente plenos de sentido, mesmo sabendo ser problemática a questão da significatividade de proposições metafísicas na obra. De certa forma, as interpretações realistas precisam desafiar o espírito do *Tractatus* ao afirmar a existência de teses no *Tractatus*³⁹, por mais que essas teses sejam mobilizadas para serem superadas no final do texto. É partindo dessas dificuldades que Proops tenta reconstruir, até onde for possível, o (aparente) argumento da substância.

Proops é enfático ao subscrever a ideia de que Wittgenstein apresenta, nas páginas iniciais do *Tractatus*, uma imagem metafísica que mais tarde ele pretende minar. O argumento da substância é mobilizado no contexto da apresentação dessa imagem metafísica e visa transmitir uma compreensão parcial e provisória da noção de objeto. A compreensão da noção de objeto só pode ser parcial e provisória porque posteriormente essa concepção será descartada. Mas, antes da dissolução dessa imagem metafísica, precisamos compreendê-la de algum modo. Esse parece ser o papel da ontologia tractatiana na leitura de Proops: a ontologia é responsável por fornecer uma compreensão provisória do que seria a metafísica tractatiana. Metafísica que será responsável, de acordo com Hacker, pela própria impossibilidade de significação do discurso metafísico⁴⁰.

A dificuldade que envolve a leitura de Proops e que parece obrigá-lo a fazer essas ressalvas sobre argumentos aparentes e concepções provisórias no *Tractatus*, advém do fato de que Proops leva a sério as passagens finais da obra. Devemos analisar o *Tractatus* sem ignorar a metáfora utilizada para expressar o seu aspecto paradoxal: o *Tractatus* seria uma espécie de escada que deve ser jogada fora depois de subirmos por ela.

39 É sobre esse ponto que reside uma das maiores dificuldades do *Tractatus*. A obra parece se comprometer com uma teoria da linguagem que explica a relação entre linguagem e mundo, assim como afirmam os realistas. O problema é que essa teoria não pode ser dita significativamente na linguagem. As passagens finais da obra tratam exatamente sobre essa dificuldade. O problema do paradoxo tractatiano tem sentido no interior de interpretações realistas, na medida em que os realistas afirmam a existência de teses no texto. A questão que deixamos em aberto é: uma tese que não diz nada ainda seria uma tese?

40 Tratamos dessa tese de Hacker no capítulo I da presente dissertação.

O interessante no texto de Proops é que ele visa investigar o quão sólido são os degraus da escada enquanto ainda não a jogamos fora. Ou seja, por mais que Wittgenstein trace uma imagem metafísica que mais tarde ele pretende minar, o objetivo de Proops em seu artigo é analisar se essa imagem metafísica pode ser sustentada mesmo que provisoriamente. Por mais que essa imagem seja descartada no fim do *Tractatus*, a estratégia de Proops visa investigar se existe algo sólido nessa imagem metafísica enquanto ainda não a descartamos.

Como compreender, mesmo que de forma parcial e provisória, o argumento da substância? Como vimos, o argumento da substância não deve ser concebido como um argumento apenas em defesa do objeto simples. Segundo Proops, o fato do argumento ser uma defesa direta da existência da substância sugere que o argumento deve ser visto como tendo a pretensão de atribuir algo à mais a natureza dos objetos simples: tais objetos constituem a substância do mundo. Para precisar o que a noção de substância acrescenta à noção de objeto simples, devemos entender como Wittgenstein concebe a noção de substância no *Tractatus*.

3. A hipótese da alusão kantiana

Segundo Proops, Wittgenstein utiliza a noção de substância para fazer uma referência à tradição filosófica. Essa tradição remonta a Kant e sua concepção de substância presente na *Crítica da Razão Pura* e nos *Prolegômenos a Toda Metafísica Futura*. De forma geral, podemos definir a substância em Kant como "aquilo que persiste ao longo de toda mudança de existência", i.e., a noção de substância em Kant é temporal. A tese central do texto de Proops é que a substância no *Tractatus* é o análogo modal da noção kantiana de substância.

A substância no *Tractatus* não é aquilo que permanece inalterável ao longo do tempo, e sim aquilo que existe em todos os mundos possíveis⁴¹. É nesse sentido que o

41 O uso dessa expressão não envolve o comprometimento com a semântica dos mundos possíveis. Aqui, a expressão "mundos possíveis" é empregada com o mesmo significado que Wittgenstein atribui à expressão "mundo imaginário" em T 2.022. Luiz Henrique Lopes dos Santos, em seu ensaio introdutório ao *Tractatus*, emprega a expressão "mundos possíveis" dessa mesma forma.

argumento da substância não é apenas um argumento em favor da existência de coisas simples, e sim um argumento em favor de coisas que existem necessariamente. O argumento da substância é responsável por atribuir o caráter de necessidade aos objetos tractatianos.

Para Proops, a vantagem em adotar a “hipótese da alusão kantiana” é que tal hipótese ajuda a tornar mais claras as próprias passagens iniciais do *Tractatus* que formam a ontologia da obra. Endossar aquilo que Proops chama de “quadro de referências (*background*) kantiano” também ajuda na resolução de uma clássica tensão que diz respeito ao fato de Wittgenstein afirmar em 2.025 que a substância é “forma e conteúdo”.

No entanto, antes de lidarmos com essa tensão específica, devemos precisar o que é a concepção de substância em Kant, para depois analisarmos de que forma a concepção de substância no *Tractatus* pode ser considerada como um análogo modal da noção kantiana de substância. Tendo feito isso, devemos mostrar como a noção de substância no *Tractatus*, à luz da analogia kantiana, pode resolver algumas tensões existentes que encontram-se na parte ontológica do livro. E por fim, devemos explicitar a tentativa de reconstrução de Proops do argumento da substância.

Como vimos, Proops afirma que “Wittgenstein invoca a concepção kantiana de substância como “aquilo que permanece inalterável ao longo de todas as mudanças”⁴². A compreensão da “hipótese da alusão kantiana” depende, antes de mais nada, da compreensão do que seria a concepção de substância para Kant. Por sua vez, a compreensão da concepção de substância em Kant depende da compreensão do papel que o conceito de substância desempenha no chamado “princípio de persistência”. Princípio que pertence à Primeira Analogia da *Crítica da Razão Pura*. Mas a compreensão do “princípio de persistência” depende de um pré-requisito. A compreensão do “princípio de persistência” depende da compreensão da distinção entre duas noções de mudança em Kant: alteração (*Veränderung*) e mudança de

42 Proops, Ian (2004). Wittgenstein on the substance of the world. *European Journal of Philosophy* 12 (1): 108.

existência (*Wechsel*). Proops explica a distinção entre essas duas variedades de mudança na seguinte citação:

The former [Veränderung] is a change in which a thing takes on a new 'determination' (a property or configuration) and loses an old one (A187/B230), while the latter [Wechsel] is a change in which a thing or a property comes to be or ceases to exist. (Proops, Wittgenstein on the Substance of the World: 2004, p. 108)

Proops segue seu texto fornecendo dois exemplos relativos às diferentes variedades de mudanças em questão. Quando um tomate amadurece e passa da cor verde para a cor vermelha, o tomate sofre uma alteração. Ou seja, ele perde uma antiga propriedade para ganhar uma nova. Mas quando um pedaço de madeira pega fogo e entra em combustão, ele sofre uma mudança de existência. Ou seja, o pedaço de madeira ao pegar fogo é totalmente destruído deixando de ser ele mesmo e desaparecendo.

A distinção entre essas duas variedades de mudança é importante porque o princípio de persistência diz respeito apenas ao último tipo de mudança esboçada no parágrafo acima: a mudança de existência [*Wechsel*]. Proops cita a segunda formulação, feita na *CRP*, do princípio da persistência para exemplificar que só a mudança de existência é a variedade de mudança para a qual este princípio se aplica. Na segunda formulação do princípio de persistência, Kant usa o conceito de *Wechsel* para se referir ao tipo de mudança que tem um papel no princípio de persistência:

In all changes [*Wechsel*] of appearances substance [*Substanz*] persists, and its quantum is neither increased nor diminished in nature. (B 224-5). (Proops, Wittgenstein on the Substance of the World: 2004, p. 108)

A partir dessa citação podemos afirmar que a substância é aquilo que permanece a mesma ao longo de toda mudança de existência. A substância é algo que não pode ser destruído, na medida em que a substância não pode cessar de existir. De fato, a substância só pode sofrer alterações (*Veränderung*), mas nunca mudança de

existência (*Wechsel*). A substância pode ganhar uma nova determinação, propriedade ou configuração e também pode perder uma antiga determinação. Mas a substância, por ser substância, nunca pode vir a ser ou cessar de existir.

É importante destacar que “persistência” é um termo técnico. Para Proops, Kant entende a noção de “persistência” como significando “existência em todos os momentos” (A 242/ B 300)⁴³. Afirmar que a substância é aquilo que persiste à todas as mudanças de existência é se comprometer com uma tese forte sobre a natureza daquilo que persiste à mudança de existência. O que persiste a mudança de existência, i.e. a substância, não é algo que meramente sobrevive à mudança. Aquilo que resiste à mudança de existência tem o caráter de ser permanente. Kant subscreve que toda mudança de existência é sustentada, subjazida, por algo permanente. A substância é aquilo que continua existindo enquanto tudo o mais sofre mudança de existência, i.e., vem a ser ou cessa de existir.

A partir destas explicações, Proops fornece uma formulação própria do que seria o princípio de persistência em Kant: “There is some stuff such that every existence change is an alteration of it”⁴⁴. De certa forma, o princípio de persistência pode ser formulado negativamente: só persiste aquilo que não pode sofrer mudança de existência. Nesse sentido, a substância é aquilo que resiste à mudança de existência, na medida em que a substância não pode vir a ser ou cessar de existir. Dessa forma, toda e qualquer mudança de existência relativa à substância só pode ser uma mera alteração da substância. Ou seja, a mudança de existência em relação à substância é reduzida ao fato da substância ganhar uma nova determinação ou perder uma antiga.

Após a explicação do aparato conceitual kantiano relativo à noção de substância, Proops precisa explicar sua tese segundo a qual a noção de substância no *Tractatus* é uma analogia modal da noção kantiana de substância. Contudo, antes de explicitar a tese principal de seu artigo, Proops, por questões exegéticas, realiza um

43 Proops, Ian (2004). Wittgenstein on the substance of the world. *European Journal of Philosophy* 12 (1): 108.

44 Proops, Ian (2004). Wittgenstein on the substance of the world. *European Journal of Philosophy* 12 (1): 109.

breve comentário para considerar até que ponto Wittgenstein estava familiarizado com a concepção kantiana de substância.

4. O possível paralelo entre Kant e Wittgenstein

Segundo Proops é difícil estabelecer precisamente qual foi o contato que Wittgenstein teve com a concepção kantiana de substância. Wittgenstein termina a escrita do *Tractatus* no verão de 1918; e sabemos que ele leu a *Crítica da Razão Pura* depois de novembro de 1918. Tudo parece indicar que o contato de Wittgenstein com a *CRP* se deu depois do fim da escrita do *Tractatus*. Nos manuscritos pré tractatianos há um único comentário nos *Notebooks* datado de 19 de outubro de 1914 que pode fazer referência a uma famosa questão da *CRP* que diz respeito a “como a matemática pura é possível. No entanto, Proops afirma que um homem com a educação de Wittgenstein não precisaria ter lido a primeira Crítica para saber que a questão sobre “como a matemática pura é possível” era uma questão do interesse de Kant.

Apesar de ser difícil precisar se Wittgenstein leu a primeira Crítica antes do término da escrita do *Tractatus*, Proops afirma que existe alguma evidência de que Wittgenstein leu uma outra obra de Kant antes de terminar a escrita do *Tractatus*: essa obra seria os “*Prolegômenos a Toda a Metafísica Futura*”. Existe uma única referência (direta) à Kant no *Tractatus*, tal referência ocorre na passagem 6.36111 onde Wittgenstein trata do problema kantiano conhecido como o problema das “contrapartes incongruentes”.

O ponto de Proops é que o modo como Wittgenstein apresenta o problema em 6.36111 é muito próximo de como Kant discute o problema no parágrafo 13 dos *Prolegômenos*. E o modo como Kant aborda esse problema nos *Prolegômenos* é diferente de como Kant aborda esse problema em outras obras. Para Proops, a proximidade entre a formulação do problema em 6.36111 com a abordagem do problema no paragrafo 13 dos *Prólegomenos* serve como um forte indício de que Wittgenstein teve contato com essa obra antes do término da escrita do *Tractatus*.

Mas para Proops, esse não é o único indício de que Wittgenstein leu os *Prolegômenos*. Um indício que pode ser considerado mais forte que a possível evidência anterior é que “the Prolegomena contains numerous references to the Kantian conception of substance as that which persists through all existence changes. For example: ‘in all that exists the substance persists and only the accidents change [wechseln]’(Ak 4:368).”⁴⁵

Desse modo, Proops fornece bons indícios de que Wittgenstein tenha tido contato com a concepção de substância kantiana, se não a noção da *CRP*, pelo menos a noção de substância que aparece nos *Prolegômenos*. A partir desses indícios Proops consegue mostrar que Wittgenstein poderia ter algum conhecimento da noção de substância kantiana ao escrever o *Tractatus*. Isso é um ponto forte para a sua tese segundo a qual a noção de substância tractatiana seria uma analogia modal da noção de substância kantiana.

O esforço de Proops em mostrar que Wittgenstein teve contato com a concepção de substância kantiana antes do término da escrita do *Tractatus* é fundamentado no fato de que o objetivo de Proops é fornecer uma interpretação exegética da noção de substância tractatiana. Seu objetivo não é fornecer uma explicação sobre o que seria a noção de substância no *Tractatus* a partir de conceitos que são externos à obra mas que poderiam nos ajudar em sua compreensão.

Ainda assim, acreditamos que é possível manter um compromisso exegético com a obra de Wittgenstein, mesmo que não possamos provar se Wittgenstein de fato teve contato com a noção de substância kantiana. Se a “hipótese da alusão kantiana” for suficiente para responder determinadas questões difíceis de resolver, parece que não há problema em adotar uma tal hipótese. De certa modo, endossar tal hipótese é uma forma de extrapolar o texto, na medida em que não conseguimos provar de fato se Wittgenstein teve algum contato com a noção de substância kantiana. Mas se o próprio texto permite essa interpretação e se essa “extrapolação” interpretativa puder ajudar na compreensão de uma noção tão fundamental para o *Tractatus* como a noção de

45 Proops, Ian (2004). Wittgenstein on the substance of the world. *European Journal of Philosophy* 12 (1): 109.

substância, existe uma vantagem em adotar essa interpretação, mesmo que seja difícil precisar se Wittgenstein faz uso da “analogia kantiana” de forma consciente no *Tractatus*.

O ponto é que parece ser possível realizar uma “extrapolação ao texto” e ainda assim manter nossos interesses exegéticos, na medida em que a concordância com a interpretação da “hipótese da alusão kantiana” seria apenas uma forma de dar maior inteligibilidade para a noção de substância tractatiana. Partindo dessa perspectiva, o fato de Wittgenstein ter tido contato ou não com a noção de substância kantiana não parece ter tanta importância, se de fato a “hipótese da alusão kantiana” puder fornecer uma melhor explicação de qual seria o papel da noção de substância no *Tractatus*.

A questão decisiva não é se Wittgenstein leu ou não Kant, mas, sim se esse paralelo é esclarecedor. A meu ver, esse paralelo é esclarecedor na medida em que ele facilita a compreensão de algumas passagens ontológicas do *Tractatus*. Nesse sentido, o paralelo entre Kant e Wittgenstein não acrescenta algo alheio ao *Tractatus*. Podemos entender que o apelo kantiano apenas torna mais claro o que já está no *Tractatus* de forma misteriosa. É por isso que é possível apelar para a “hipótese da alusão kantiana” mesmo que não seja possível rastrear se Wittgenstein fez uso dessa analogia de maneira deliberada.

Até o presente momento, reconstruímos o que Proops chama de “background kantiano”, i.e., reconstruímos a explicação fornecida por Proops sobre o que seria a noção de substância em Kant. Tal exposição é o primeiro passo para entendermos a tese de Proops segundo a qual a noção de substância no *Tractatus* é o análogo modal da noção de substância kantiana. De posse de uma compreensão, mesmo que em linhas gerais, da concepção de substância em Kant, devemos investigar qual seria a influência dessa concepção de substância para a noção de substância tractatiana. A partir de agora, devemos analisar como a “hipótese da alusão kantiana” se desenrola no *Tractatus*.

5. O conceito de substância no *Tractatus*

De acordo com a leitura de Proops, Kant e Wittgenstein concordam que a substância é aquilo que perdura através de todas as mudanças de existência. Mas em Kant, a noção de perduração envolve um aspecto temporal, pois perdurar é o mesmo que existir em todos os momentos; a substância é aquilo que perdura (temporalmente) à todas as mudanças de existência. Já em Wittgenstein, a noção de perduração deve ser entendida metaforicamente, perdurar é o mesmo que existir em todos os mundos possíveis. Afirmar que a substância é aquilo que existe em todos os mundos possíveis é o mesmo que subscrever que os objetos têm o caráter de existentes necessários.

Agora é possível precisar melhor por que Proops afirma que o argumento da substância não é um argumento apenas em defesa dos objetos tractatianos enquanto entidades simples, e sim um argumento em defesa dos objetos enquanto existentes necessários. O ponto de Proops é que se o objetivo do argumento da substância fosse apenas postular a existência do objeto enquanto simples, Wittgenstein poderia argumentar diretamente em defesa da simplicidade dos objetos, i.e., não seria preciso mobilizar a noção de substância para a realização dessa tarefa.

Nesse sentido, a introdução da noção de substância em 2.021 deve ser entendida como sendo responsável por atribuir a característica de existentes necessários aos objetos. A substancialidade dos objetos advém do fato de que os objetos são existentes necessários; é por serem existentes necessários que os objetos são simples.

A originalidade da leitura de Proops é que ele explora até as últimas consequências o fato de Wittgenstein ter usado a noção de substância na passagem 2.021. Não parece haver um desacordo, pelo menos em leituras realistas, de que os objetos tractatianos são existentes necessários. Contudo, é comum tratar o argumento da substância como sendo um argumento diretamente em defesa da existência dos objetos enquanto simples. A diferença da leitura de Proops é compreender que o argumento da substância é mobilizado primariamente em defesa dos objetos enquanto

existentes necessários; o caráter de simplicidade dos objetos seria apenas uma consequência de sua substancialidade.

Se analisada isoladamente, a passagem 2.021 pode ser entendida como responsável por estabelecer que os objetos constituem a substância do mundo justamente porque são simples: “os objetos constituem a substância do mundo. Por isso não podem ser compostos.”. Nessa leitura, existe uma espécie de identificação entre substância e simplicidade, de modo que é a simplicidade que fornece ao objeto o seu *status* de substância. Mas a questão é que não devemos olhar apenas para 2.021 isoladamente a fim de entender qual seria a natureza daquilo que Wittgenstein visa garantir com o argumento da substância. Apesar da passagem 2.021 ser “explícita apenas sobre a simplicidade dos objetos”⁴⁶, Proops pode afirmar que essa passagem é responsável por classificar os objetos como existentes necessários porque a noção de substância não deve ser identificada à noção de simples. É por isso que a noção de substância acrescenta “algo a mais” à natureza dos objetos.

O fundamento da leitura de Proops encontra-se nas passagens 2.022 e 2.023, onde Wittgenstein expõe a concepção segundo a qual os objetos constituem a forma do mundo. Essa concepção de Wittgenstein é o principal apoio de Proops para o seu entendimento de que a passagem 2.021 é uma passagem em defesa dos objetos enquanto existentes necessários; a noção de substância mobilizada nessa passagem é usada justamente para ressaltar essa característica dos objetos.

Dado que a tese central do artigo de Proops depende da concepção de Wittgenstein segundo a qual os objetos constituem a forma do mundo, devemos analisar qual é o papel desempenhado por essa concepção no arcabouço conceitual *tractatiano*. Wittgenstein introduz a noção de forma do mundo imediatamente após as passagens que compõem o argumento da substância (T 2.0211-12). Após expor o argumento, Wittgenstein afirma que:

46 Proops, Ian (2004). Wittgenstein on the substance of the world. *European Journal of Philosophy* 12 (1): 110.

2.022 É óbvio que um mundo imaginário, por mais que difira do mundo real, deve ter algo – uma forma – em comum com ele.

2.023 Essa forma consiste precisamente nos objetos

É importante destacar que 2.022 e 2.023 são comentários diretos à passagem que trata sobre a simplicidade dos objetos (T 2.02). Esse fato é um indício importante para a leitura de Proops, pois de alguma forma, a simplicidade dos objetos está conectada com o fato de que qualquer mundo imaginário deve compartilhar uma forma com o mundo real. Se a forma do mundo é constituída pelos objetos e qualquer mundo imaginário deve ter uma forma em comum com o mundo real, qualquer mundo imaginário ou pensável deve ser constituído pelos mesmos objetos. Na medida em que a forma do mundo é aquilo que qualquer mundo imaginário deve compartilhar com o mundo real, os objetos que constituem a forma do mundo devem existir em todos os mundos possíveis.

Afirmar que todos os mundos possíveis devem ter os mesmos objetos é o mesmo que afirmar que os objetos são existentes necessários. Essa forma de interpretar as passagens 2.022 e 2.023 funciona como um fundamento para a tese de Proops: o objetivo de Wittgenstein ao afirmar que os objetos constituem a substância do mundo é destacar o caráter dos objetos enquanto existentes necessários. As passagens 2.022 e 2.023 fornecem o motivo pelo qual os objetos são a substância do mundo. Na medida em que essas duas passagens são um comentário à 2.02 que trata justamente sobre a simplicidade do objeto, podemos entender que o motivo pelo qual os objetos são a substância do mundo justifica a simplicidade dos objetos.

6. Uma clássica tensão: por que a substância é forma e conteúdo?

Agora que a tese de Proops foi justificada com base no próprio texto de Wittgenstein, podemos fazer a seguinte questão: qual seria a vantagem em concordar com a leitura de Proops? O que pode ser acrescentado aos estudos tractatianos se a noção de substância for concebida como sendo a responsável por determinar o caráter de existentes necessários dos objetos? Em última instância, qual seria a vantagem em

endossar a “hipótese da alusão kantiana”? A leitura de Proops é mobilizada para dar conta de uma clássica tensão que é explicitada pelas seguintes passagens:

2.024 A substância é o que subsiste independentemente do que seja o caso

2.025 Ela é forma e conteúdo

Para compreender essa tensão devemos retornar às passagens iniciais que compõem a ontologia do *Tractatus*. No capítulo I, vimos que o mundo é a totalidade dos fatos, o fato é a existência de estados de coisas e um estado de coisas é uma ligação atual de objetos. Objetos, por sua vez, constituem a substância do mundo. De acordo com a tese de Proops, ser substância é o mesmo que ser existente necessário porque todos os mundos possíveis devem compartilhar uma forma fixa com o mundo real. Isso significa que todos os mundos possíveis, independentemente dos fatos que os constituam, possuem os mesmos objetos. Por isso, “a substância é o que subsiste independentemente do que seja o caso” (T 2.024).

Visto que todos os mundos possíveis devem possuir os mesmos objetos, conseguimos entender por qual razão Wittgenstein afirma em 2.025 que a substância é forma. Mas 2.025 também afirma que a substância é conteúdo; é justamente essa afirmação que resulta na clássica tensão que envolve essa passagem. Como explicar de que modo a substância pode ser entendida não só como forma (algo fixo), mas também como conteúdo (algo aparentemente instável). Se a substância subsiste independentemente do que é o caso, como a substância pode ser o conteúdo de algo que é meramente contingente? Isto é, como a substância pode ser o conteúdo dos fatos, se os fatos são aquilo que há de efêmero no mundo? Essa é a tensão que leitura de Proops visa resolver.

Com a “hipótese da alusão kantiana”, Proops consegue explicar como a substância pode ser o conteúdo dos fatos, e ainda assim ser aquilo que subsiste independentemente do que seja o caso. Proops mobiliza o conceito kantiano de mudança de existência para traçar uma distinção fundamental entre objetos e estados de coisas. No *Tractatus*, apenas as configurações atuais de objetos, isto é, os fatos,

sofrem mudança de existência, só os fatos vem a ser e deixam de existir. Já a substância só pode sofrer alteração, mas não pode sofrer mudança de existência. É isso que Wittgenstein quer significar ao afirmar que “o objeto é fixo, subsistente; a configuração é o variável, instável.” (T 2.0271).

Proops usa a passagem 2.0271 junto com a passagem 2.021 para estabelecer a conexão entre Kant e Wittgenstein. Proops usa a tradução de Ogden para o inglês do *Tractatus*, mas mantém algumas palavras no original alemão para destacar a sua “hipótese da alusão kantiana”. É válido citar as passagens na íntegra para mostrar como Proops consegue fazer a aproximação da noção de substância *tractatiana* com a noção de substância em Kant.

2.021 Objects make up the substance of the world. Therefore they cannot be compound.

2.0271 The object is the fixed, the existent [das Bestehende]; the configuration is the changing [das Wechselnde], the variable.

Note que ao falar sobre a noção de configuração, Wittgenstein usa o conceito de “*Wechselnde*”, vimos que esse conceito é justamente o conceito usado por Kant para tratar da noção de “mudança de existência”. Já a palavra que Wittgenstein usa para classificar os objetos é “*Bestehende*”. “*Bestehende*” tem o sentido de algo que perdura ao longo do tempo. Desse modo, ao analisar essas duas passagens com os termos no original alemão, Proops pode estabelecer que o objeto é aquilo que subsiste, aquilo que persiste, ao longo de todas as mudanças das configurações, i.e., ao longo de todas as mudanças de existência sofridas pelos estados de coisas.

A “hipótese da alusão kantiana” é útil para tornar mais clara a distinção feita por Wittgenstein entre objetos (aquilo que subsiste) e configurações (aquilo que sofre mudança de existência). Ou seja, por mais que as configurações sejam constituídas por objetos, apenas as configurações são mutáveis, e não os seus constituintes. Isso é assim porque apenas as configurações sofrem mudança de existência, enquanto que os objetos que constituem as configurações são aquilo que subsiste, que persiste à todas

as mudanças de existência. Em termos kantianos, toda mudança de existência relativa aos objetos seria apenas uma alteração desses objetos.

No capítulo I tratamos da noção de forma dos objetos. Vimos que a forma dos objetos são as possibilidades combinatórias que constituem essencialmente os objetos, de modo que não podemos pensar num objeto apartado dessa forma. Por fazer parte da essência dos objetos, a forma dos objetos é considerada uma propriedade interna. Quando objetos se concatenam e formam um estado de coisas atual, as possibilidades combinatórias dos objetos são atualizadas. E é apenas por causa dessa atualização que os objetos adquirem propriedades externas. Mas, como todo fato é essencialmente contingente, objetos só adquirem propriedades externas ao se concatenarem com outros objetos, formando estados de coisas atuais. São esses estados de coisas atuais que sofrem mudança de existência, i.e., fatos surgem quando objetos se concatenam e fatos deixam de existir quando certas combinações de objetos se desfazem.

Mas, os objetos que são os constituintes dos fatos não vem a ser ou deixam de existir. De modo que todas as mudanças de existência relativas aos fatos são meras alterações dos objetos. Objetos constituem a substância do mundo porque objetos só podem sofrer alterações, i.e., adquirir uma nova propriedade ou configuração e perder uma antiga (propriedade ou configuração). Objetos adquirem propriedades externas justamente quando se concatenam com outros objetos, formando um estado de coisas atual; e os objetos perdem essas propriedades quando o estado de coisas atual se desfaz, i.e., quando o estado de coisas atual sofre mudança de existência. Mas o objeto não deixa de existir quando a configuração se destrói.

É por isso que afirmar que os objetos constituem a substância do mundo é o mesmo que afirmar que os objetos são existentes necessários. Objetos são existentes necessários porque eles devem existir em todos os mundos possíveis na medida em que objetos são indestrutíveis. O que Proops classifica como a analogia modal da noção kantiana de substância é justamente a tese de Wittgenstein segundo a qual a substância constitui a forma fixa que deve ser compartilhada entre todos os mundos possíveis.

Segundo Proops, os objetos são “aptly described as constituting ‘substance’ because they endure through all metaphorical existence changes of configurations over a ‘space’ of possible worlds. To claim that substance exists, therefore, is not to claim that there are simples, but rather that there are necessary things.”⁴⁷. Enquanto a noção de substância em Kant é aquilo que persiste através de todas as mudanças de existência ao longo do tempo, a substância em Wittgenstein é aquilo que persiste através de todas as mudanças de existência de um tipo metafórico específico: não ao longo do tempo, mas ao longo de um espaço de mundos possíveis.

Proops usa o que ele chama de “background” Kantiano para resolver a tensão existente entre o fato de Wittgenstein afirmar que os objetos constituem a forma e o conteúdo (dos estados de coisas). Entender a substância tractatiana como aquilo que perdura em todos os mundos possíveis é um caminho para resolver essa tensão, ao mesmo tempo que é uma forma de compreender o motivo pelo qual os objetos devem ser simples: a simplicidade dos objetos segue-se da sua substancialidade.

É importante ressaltar que a leitura realista não nega o aspecto de necessidade à substância do mundo; a divergência entre essas leituras e a leitura de Proops versa sobre qual seria o objetivo primário do argumento da substância. A divergência gira em torno de uma questão de primazia: a substância é simples, mas a simplicidade é uma consequência do caráter de existentes necessários dos objetos. Nessa perspectiva, o argumento da substância é um argumento que defende diretamente a existência dos objetos enquanto aquilo que perdura em todos os mundos possíveis.

7. A reconstrução do argumento da substância

Após termos precisado uma certa leitura da noção de substância tractatiana, podemos finalmente analisar a reconstrução do argumento da substância fornecido por Proops. Antes de prosseguir é válido citar novamente as duas pequenas passagens que compõem o argumento:

⁴⁷ Proops, Ian (2004). Wittgenstein on the substance of the world. *European Journal of Philosophy* 12 (1): 110.

2.0211 Se o mundo não tivesse substância, ter ou não ter sentido uma proposição dependeria de ser ou não verdadeira uma outra proposição.

2.0212 Seria então impossível traçar uma figuração do mundo (verdadeira ou falsa).

Analisando essas duas passagens é possível observar que o argumento da substância é um argumento por *reductio ad absurdum*. A inexistência da substância implica a impossibilidade de traçar figurações, i.e., sem a existência da substância, a linguagem não seria possível. Mas Wittgenstein em nenhum momento no *Tractatus* questiona a existência do discurso significativo, o fato da linguagem é o ponto de partida da obra. Nesse sentido, dado o fato de que existem proposições significativas, a substância deve existir; é isso que o argumento da substância pretende explicitar. Proops reconstrói o argumento mostrando as suas etapas passo a passo:

Suponha por *reductio* que

[1] Não existe substância.

[2] O sentido de uma proposição dependeria de ser verdadeira ou não outra proposição.

Então,

[3] Não seria possível traçarmos figurações do mundo (verdadeiras ou falsas).

Mas,

[4] É possível traçar figurações do mundo

[4] e [3] se contradizem.

Logo,

[5] A substância existe

A reconstrução do argumento torna explícito que é a existência da substância que possibilita o fato da linguagem. O argumento expõe um dos pontos de partida fundamentais do *Tractatus*: os objetos enquanto substância do mundo garantem o elo entre a linguagem e a realidade tornando o discurso possível. Ou seja, os objetos são o fundamento último da teoria da linguagem esboçada no *Tractatus*, na medida em que essa teoria atribui o poder significativo da linguagem ao fato da proposição ser uma figuração da realidade.

Neste momento, é importante retomar o que foi comentado no capítulo II desta dissertação. Wittgenstein compreende o sentido proposicional como algo totalmente

determinado. São os objetos enquanto substância do mundo que cumprem o papel de serem responsáveis pela completa determinação do sentido proposicional. Por sua vez, o sentido da proposição é totalmente determinado por causa de uma tese muito cara ao *Tractatus*: a tese da anterioridade lógica do sentido da proposição em relação ao valor de verdade. O sentido da proposição não depende do seu valor de verdade, nem do valor de verdade de qualquer outra proposição, justamente porque existem objetos que garantem o caráter determinado do sentido.

A tese da anterioridade lógica do sentido em relação ao valor de verdade das proposições é fundamental para a teoria da linguagem do *Tractatus*. Mas essa tese só pode ser sustentada por causa da postulação da existência dos objetos que, enquanto fundamento último da linguagem, garantem a completa determinação do sentido proposicional. Se não existisse substância, i.e., se o significado dos nomes fosse algo meramente contingente, o sentido da proposição não poderia ser independente do seu valor de verdade. Um mundo sem substância seria um mundo em que o sentido proposicional não poderia ser determinado.

O sentido da proposição pode ser independente do valor de verdade porque os nomes que compõem a proposição sempre têm uma referência determinada, na medida em que os objetos são o significado dos nomes. A proposição elementar assera a existência de um estado de coisas; se os objetos (que são a referência dos nomes na proposição) encontram-se tal como a proposição afirma, a proposição é verdadeira; caso contrário, a proposição é falsa. Contudo, o estado de coisas asserido pela proposição não precisa existir para que a proposição tenha sentido. O que garante o sentido proposicional é a existência da referência dos nomes, ou seja, o que garante o sentido proposicional é a existência da substância do mundo.

No *Tractatus*, existe uma distinção rígida entre nomes e proposições: nomes possuem significado (referência) e proposições possuem sentido. Essa distinção, fundamentada em última instância na existência da substância, garante que a proposição possa representar o mundo independentemente de como o mundo esteja.

É por compreender a linguagem como essencialmente figurativa que o *Tractatus* apresenta uma teoria representacional da linguagem. Qualquer teoria representacional envolve necessariamente dois polos: a representação (a linguagem) e o representado (o mundo/a realidade). Por conta dessa dualidade, teorias representacionais enfrentam dificuldades para explicar o que uma representação falsa descreveria. Na medida em que é a inexistência do representado que faz com que uma representação seja falsa, como é possível garantir a existência desse tipo de representação na ausência de um dos dois polos necessários para a sua constituição?

O *Tractatus* consegue fornecer uma resposta para esse problema tão caro às teorias representacionais da linguagem por causa do conceito de objeto apresentado na obra como uma entidade simples que possui forma. Wittgenstein garante a existência das proposições falsas porque o sentido de qualquer proposição não depende da existência da situação que a proposição representa.

Afirmar que o sentido da proposição depende da existência da situação representada é confundir a proposição com um nome. Nomes sempre devem ter referência. Mas o que garante o sentido da proposição não é a existência da situação que ela descreve, e sim que os seus elementos, os nomes, referem-se a objetos simples que são o seu significado. O nome substitui, faz o papel, do objeto na proposição, e por isso os objetos na realidade podem estar tal como os nomes se apresentam na proposição. A proposição é um modelo da realidade porque “a forma de afiguração é a possibilidade de que as coisas estejam umas para as outras tal como os elementos da figuração” (T 2.151). Se as coisas não estão umas para as outras tal como os elementos da figuração, a figuração é falsa. Mas a figuração continua tendo sentido independentemente da existência ou inexistência da situação representada.

Por mais que Wittgenstein explique a significatividade da linguagem através da relação existente entre linguagem e realidade, a situação que uma proposição representa não precisa existir para garantir a sua significatividade, pois o que garante a significatividade da proposição é a existência necessária da referência dos nomes. A noção de forma dos objetos, que fundamenta a noção de forma de afiguração, garante

que a proposição possa representar a realidade independentemente de como o mundo esteja. Isso significa que o elo entre linguagem e realidade não está na relação entre proposições e situações, e sim entre nomes e objetos. É dessa forma que a existência da substância garante a distinção entre as esferas do sentido e do valor de verdade das proposições. O conceito de objeto é o fundamento último da teoria da linguagem de Wittgenstein, na medida em que a relação entre linguagem e realidade é fundamentada na existência necessária do significado dos nomes, i.e., na substância do mundo.

Antes de finalizar este capítulo, é importante fazer uma ressalva. Após a reconstrução passo a passo do argumento da substância, Proops fornece uma explicação própria dos elementos que estão em jogo com o argumento. Sua conclusão é que o argumento não é bem-sucedido, na medida em que segundo Proops, existe uma dificuldade em explicar no *Tractatus* por qual motivo o sentido da proposição deve ser dependente do valor de verdade de outra proposição, caso a substância não exista. Por conta dessa dificuldade, Proops conclui que o argumento da substância não funciona enquanto argumento. É válido destacar que não endossamos tudo o que Proops afirma em seu artigo. Na medida em que conseguimos explicar de que modo a postulação da existência da substância garante que o sentido não dependa do valor de verdade, podemos declarar que o argumento da substância funciona como argumento. O argumento só afirma (sem explicar) que não poderíamos traçar figurações em um mundo sem substância. Mas, na medida em que conseguimos explicar o motivo pelo qual Wittgenstein faz tal afirmação, é possível seguir com o argumento e afirmar que em um mundo sem substância o discurso significativo não seria possível.

Neste momento, é importante destacar uma outra ressalva. Para subscrever que o argumento da substância funciona, precisamos adotar muitas teses de Wittgenstein no *Tractatus*. Teses que são problemáticas, como, por exemplo, a tese da total determinabilidade do sentido proposicional, que mais tarde é alvo de críticas nas Investigações Filosóficas. No entanto, o principal objetivo da presente dissertação foi fundamentado em um interesse exegético de reconstruir por que Wittgenstein afirma que os objetos são a substância do mundo. A realização dessa reconstrução exige a aceitação do quadro de referências tractatianos que Wittgenstein mais tarde critica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação buscou precisar a natureza dos objetos tractatianos enquanto substância do mundo. A fim de entender a substancialidade dos objetos, focamos no momento em que Wittgenstein, no *Tractatus*, defende a existência da substância do mundo. Analisamos o argumento da substância a fim de compreender por qual motivo o argumento traça uma relação entre a possibilidade de fazermos figuras verdadeiras ou falsas com a existência da substância.

O argumento da substância é mobilizado na parte ontológica do *Tractatus*. Os objetos que constituem a substância do mundo possuem um papel duplo. Os objetos são os constituintes últimos da realidade na medida em que os fatos são ligações atuais de objetos, mas, por serem o significado dos nomes, os objetos também são o fundamento último da teoria da linguagem apresentada na obra. A possibilidade da linguagem é fundamentada na existência da substância porque são os objetos que garantem o elo entre a linguagem e a realidade.

Para entender qual seria a relação existente entre linguagem e realidade, partimos do ponto de vista da interpretação realista do *Tractatus*. Optamos por uma leitura realista porque essa abordagem consegue explicar qual é o papel que a ontologia desempenha no *Tractatus*. As passagens ontológicas devem ser entendidas como passagens que expressam condições de possibilidade do discurso significativo. Na medida em que nosso interesse é entender qual seria a relação existente entre substância e figuração, essa leitura fornece um bom caminho de investigação ao afirmar que a ontologia do *Tractatus* expressa como o mundo deve ser para que ele possa ser representado pela linguagem.

No entanto, a leitura realista precisa lidar com um problema que classificamos como o paradoxo tractatiano. Segundo os realistas, o *Tractatus* apresenta uma teoria da linguagem que explica a relação entre linguagem e realidade. De acordo com essa teoria, apenas as proposições bipolares são significativas porque somente essas proposições restringem a realidade a um sim ou um não. Isto é, apenas as proposições

bipolares são modelos da realidade. Mas, a própria concepção de sentido apresentada pela obra faz com que as “proposições” do *Tractatus* sejam pseudoproposições absurdas que nada descrevem. O *Tractatus* visa explicitar as condições de possibilidade do discurso significativo, mas essas condições não podem ser expressas significativamente na linguagem, na medida em que essas condições têm o aspecto da necessidade e a linguagem só pode enunciar significativamente o que é contingente.

A concepção do que é uma proposição significativa no *Tractatus* leva à afirmação de que a filosofia não é uma teoria, mas sim uma atividade de esclarecimento lógico dos pensamentos. No entanto, surge a questão: como os realistas podem afirmar que o *Tractatus* apresenta uma teoria da linguagem? O dilema reside no fato de que o *Tractatus* só chega à conclusão de que a filosofia não é uma teoria depois de muitas aparentes teorias apresentadas pela obra. Além disso, as “proposições” do *Tractatus* não podem ser consideradas como proposições significativas devido à própria concepção de linguagem adotada pela obra.

O problema do paradoxo tractatiano é um grande desafio exegético para as leituras realistas. Na medida em que endossamos muitas das teses apresentadas pelos intérpretes realistas, iniciamos o capítulo I desta dissertação com uma discussão detalhada a respeito do paradoxo tractatiano. Não tivemos a pretensão de resolver o paradoxo e talvez ele de fato seja irresolúvel. Pois, o próprio Wittgenstein reconhece o aspecto paradoxal da obra em 6.54. Parece que essa dificuldade é inerente ao próprio projeto do *Tractatus* em traçar os limites da linguagem. Apesar disso, achamos importante dedicar a primeira parte do capítulo I a essa discussão. Mesmo sendo uma dificuldade indisfarçável, o aspecto paradoxal do *Tractatus* não deve ser ignorado. É preciso explicitar que existe uma dificuldade em falar de teses ou argumentos na obra. Mas, para seguirmos com a pesquisa, adotamos a orientação de Proops: por mais que as passagens do *Tractatus* não sejam significativas, podemos tratá-las como sendo temporariamente plenas de sentido a fim de entender o que o *Tractatus* visa apresentar.

Após a exposição do paradoxo tractatiano, seguimos para a segunda parte do capítulo I. O objetivo deste segundo momento foi apresentar as passagens iniciais da

parte ontológica, tendo como foco a explicitação da noção de forma dos objetos. Vimos que a forma dos objetos são as possibilidades combinatórias que permitem que um objeto se concatene com outros objetos para formar estados de coisas atuais. Essas possibilidades combinatórias são concebidas como propriedades internas dos objetos. Propriedades internas são aquelas propriedades que constituem um objeto essencialmente, de modo que não é possível pensar num objeto sem pensar nessas propriedades. Nesse sentido, conhecer um objeto é conhecer a sua forma. A noção de forma dos objetos garante que a linguagem represente o mundo independentemente do modo como os significados dos nomes na proposição se encontram na realidade.

Além da sua forma, os objetos possuem outra característica essencial: eles são simples. Ainda no capítulo I, afirmamos que os objetos são entidades simples que possuem forma devido à duas demandas distintas do *Tractatus*: uma demanda atomista e outra holista. A demanda holista exige que os objetos sejam complexos, i.e., tenham forma, como uma garantia para que a proposição possa representar a realidade independentemente de como o mundo se encontra. Já a demanda atomista é uma exigência para garantir a completa determinabilidade do sentido e a distinção entre o sentido e o valor de verdade das proposições. As exigências relativas à demanda atomista foram abordadas no capítulo II.

O argumento da substância é mobilizado no contexto de passagens que tratam sobre a simplicidade do objeto. Tendo isso em vista, o capítulo II visou explicar o motivo pelo qual os objetos devem ser simples a partir das relações existentes entre as passagens que tratam sobre a simplicidade dos objetos e o argumento da substância. Além disso, o capítulo II visou mostrar como Wittgenstein pode defender a existência dos objetos enquanto substância do mundo, por mais que não seja possível fornecer um exemplo de objeto. Isso é possível porque o argumento da substância é um argumento transcendental que explicita as condições de possibilidade do discurso significativo; dentre essas condições, está a existência da substância. Wittgenstein pode defender a existência dos objetos sem se envolver em uma investigação empírica porque os objetos devem existir para que a linguagem seja significativa.

Após ressaltar a natureza transcendental do argumento da substância, o capítulo II destacou a passagem 2.0221 que justifica a simplicidade do objeto apelando para a composicionalidade da proposição. Segundo o *Tractatus*, a proposição é uma função de verdade. A proposição molecular, por ser formada por proposições elementares, é uma função de verdade das proposições elementares que a compõem. Em contrapartida, a proposição elementar é uma função de verdade de si mesma. A proposição elementar possui um vínculo direto com a realidade porque ela é formada por nomes que denotam objetos. Apesar do aspecto composicional da proposição, podemos compreender o sentido da proposição diretamente por causa da existência das proposições elementares. O sentido da proposição elementar é determinado por ela mesma porque os seus elementos, os nomes, denotam objetos simples.

É desse modo que a simplicidade do objeto consegue garantir a total determinação do sentido proposicional. É porque o sentido da proposição é totalmente determinado que Wittgenstein pode estabelecer a independência entre o sentido e a verdade das proposições. O argumento da substância trata justamente dessa questão. A não existência da substância implicaria na dependência entre sentido e verdade. Mas, se o sentido fosse dependente da verdade, cairíamos em um regresso entre sentido e verdade que impossibilitaria a compreensão do sentido de uma proposição diretamente. Ou seja, se o mundo não tivesse substância, o sentido da proposição não seria totalmente determinado. Mas, a determinabilidade do sentido é um ponto de partida para o *Tractatus*. Logo, se o sentido da proposição não pudesse ser totalmente determinado, a linguagem não seria possível.

A linguagem só é possível devido à existência da substância, é a simplicidade do objeto que garante a total determinabilidade do sentido. Mas de onde vem o caráter de simplicidade dos objetos? O capítulo III visou responder a essa pergunta. A primeira justificação para a simplicidade dos objetos diz respeito ao caráter composicional da proposição. A segunda justificação para a simplicidade dos objetos é fornecida pela sua substancialidade. Analisamos a interpretação de Proops sobre o argumento da substância a fim mostrar que a simplicidade dos objetos é uma consequência de sua substancialidade. Nesse sentido, a noção de substância acrescenta algo a mais à natureza do objeto. O argumento da substância não é usado primariamente em defesa

do simples. Ele é usado primariamente como uma defesa dos objetos enquanto existentes necessários. Proops usa o que ele chama de “hipótese da alusão kantiana” com o objetivo de tornar mais claro a enigmática afirmação de Wittgenstein segundo a qual a substância do mundo é forma e conteúdo.

A partir da distinção kantiana entre duas modalidades de mudança - alteração e mudança de existência -, Proops consegue tornar mais claro por que o *Tractatus* afirma que a substância constitui a forma do mundo. A substância constitui a forma do mundo porque qualquer mundo possível deve compartilhar uma forma com o mundo real. Essa forma consiste justamente na totalidade dos objetos com suas possibilidades combinatórias. A substância deve existir em todos os mundos possíveis, porque a possibilidade do pensamento repousa no compartilhamento de formas entre linguagem e realidade. Nesse sentido, qualquer mundo imaginável deve compartilhar a mesma forma que a do mundo real.

Mas, além de constituir a forma do mundo, a substância também é o conteúdo dos estados de coisas atuais, i.e., a substância é o conteúdo dos fatos. A substância do mundo, apesar de existir necessariamente, pode compor fatos que vêm a ser e deixam de existir, porque apenas os fatos sofrem mudança de existência. Os fatos vêm a ser e deixam de vir a ser, mas os objetos que os constituem não podem sofrer mudança de existência, justamente porque os objetos são compreendidos como a substância do mundo. Por serem substância, os objetos só podem sofrer alteração, i.e., ganhar uma nova propriedade e perder uma antiga. Objetos ganham propriedades externas quando se concatenam com outros objetos formando estados de coisas atuais. Esses fatos vêm e vão, mas os objetos persistem em todos os mundos possíveis porque constituem a forma de qualquer mundo pensável. É nesse sentido que a substância é forma e conteúdo.

Após a apresentação dos principais resultados obtidos em cada capítulo deste texto, temos arcabouço conceitual o suficiente para exemplificar de forma mais detalhada o que Wittgenstein apresentou de maneira sucinta com o argumento da

substância. Por que a suposta dependência entre sentido e verdade implicaria na impossibilidade da linguagem?

Um exemplo pode ajudar a elucidar por qual motivo a inexistência da substância resultaria na impossibilidade do discurso significativo. Suponha que queremos asserir a proposição elementar P1, se o mundo não tem substância, não há nada que garanta a existência do significado dos nomes que compõe essa proposição. Dado que a referência dos nomes que compõem essa proposição não é garantida pela realidade, essa referência deve ser garantida por algum outro meio; pois na medida em que não há substância, a existência dos objetos que significam os nomes é totalmente contingente. Suponha que o meio para garantir a referência dos nomes que compõem P1 seja a verdade da proposição P2. Em contrapartida, essa proposição só pode ser verdadeira se for possível estabelecer a referência dos nomes que compõem essa proposição. Mas para uma proposição ser verdadeira, ela deve ter sentido. Tendo isso em vista, o sentido de P3 dependeria da verdade de outra proposição P4, e assim sucessivamente.

Nesse momento nos deparamos com o regresso que envolve o fato do sentido da proposição ser dependente do seu valor de verdade ou do valor de verdade de qualquer outra proposição. Caso a substância não existisse o sentido da proposição não seria determinado e por consequência não poderíamos traçar figurações da realidade.

A dificuldade é que antes de saber se P2 é verdadeira, precisamos compreender o seu sentido, mas em um mundo sem substância, o sentido de P2 é fornecido pela verdade de outra proposição P3. Mas antes de sabermos se P3 é verdadeira devemos compreender o seu sentido. O sentido de P3 não pode ser fornecido por ela mesma, pois se não existe substância nada garante que a referência dos nomes que compõem P3 possa ser determinada na realidade. Esse processo duraria *ad infinitum*, ou seja, se o mundo não tivesse substância não poderíamos traçar figurações da realidade. Isso mostra que em um mundo sem substância a existência do discurso significativo não seria possível.

É para evitar esse regresso ao infinito que tem como consequência a impossibilidade do discurso significativo que Wittgenstein postula a existência da substância. O significado dos nomes (por constituírem a substância do mundo) devem ser existentes necessários. É o caráter de necessidade dos objetos que garante que a referência dos nomes que compõem as proposições sempre esteja garantida. A anterioridade lógica do sentido da proposição em relação ao valor de verdade é assentada na existência necessária dos objetos que são o significado dos nomes.

Podemos compreender proposições diretamente, i.e., sem que o seu sentido nos seja explicado, porque existe uma ligação direta entre a proposição elementar e a realidade: a proposição elementar asseve a existência de um estado de coisas. Mas essa ligação entre linguagem e realidade é fundamentada na existência dos objetos. Aquilo que é asserido pela proposição pode não existir, mas a proposição continua sendo significativa porque os nomes que compõem uma proposição denotam objetos simples que possuem forma. O elo entre linguagem e realidade é garantido porque a referência dos nomes constitui a substância do mundo.

Compreender que existe uma distinção fundamental entre o sentido e o valor de verdade da proposição explica por que Wittgenstein determina, com o argumento da substância, a existência necessária da referência dos nomes. É a existência da substância do mundo que possibilita a distinção entre sentido e valor de verdade. Sendo assim, podemos afirmar que a existência da substância fundamenta a teoria da linguagem tractatiana. São os objetos que garantem o elo entre linguagem e realidade, possibilitando que a primeira descreva a segunda. Essa possibilidade de descrição é assentada no fato de que, para Wittgenstein, o sentido deve ser totalmente determinado e total determinação do sentido é fundamentada na existência necessária dos objetos que constituem a substância do mundo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANSCOMBE, G. E. M. An Introduction to Wittgenstein's Tractatus. 4. ed. Londres: Hutchinson University Library, 1971.

BLACK, M. A Companion to Wittgenstein's Tractatus. Cambridge: Cambridge University, 1971.

CONANT, J. Must we show what we cannot say? In: Fleming, R. & Payne, M. (eds.). The Senses of Stanley Cavell. Pennsylvania, London and Toronto: Lewisburg, 1989.

DIAMOND, C. Throwing away the ladder: how to read the Tractatus. In: Diamond, C. The Realistic Spirit. Wittgenstein, Philosophy, and the Mind. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press; London: Bradford Books, 1991.

DOS SANTOS, L.H. A Essência da Proposição e a Essência do Mundo. In. Tractatus Logico-philosophicus. São Paulo: EdUSP, 2001.

ENGELMANN, P. Letters from L. Wittgenstein. With a Memoir. N. York: Horizon Press, 1968.

FOGELIN, R. J. Wittgenstein. New York: Routledge, 1987.

FRASCOLLA, P. Understanding Wittgenstein's Tractatus. Routledge, London and New York, 2006.

GLOCK, H.J. Dicionário Wittgenstein. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1998.

HACKER, P. M. S. Insight and illusion. Oxford: Clarendon. 2ed, 1972.

_____. Naming, Thinking and Meaning in the Tractatus. Philosophical Investigations 22 (2):119–135, 1999.

_____. Was he Trying to Whistle it? In: A. Crary and R. Read eds. The New Wittgenstein. London: Routledge, 2000, p. 353-88.

ISHIGURO, H. Use and reference of names. *Studies in the Philosophy of Wittgenstein*, p. 20-51.

MALCOLM, N. *Nothing is Hidden: Wittgenstein's Criticism of his Early Thought*. Basil Blackwell, 1986.

_____. WRIGHT, G. H. *Ludwig Wittgenstein: A Memoir*. Clarendon Press, Oxford, 2 edition, 2001.

MARGUTTI, P. R. *Iniciação ao Silêncio Iniciação ao Silêncio. Análise do Tractatus*. S. Paulo: Loyola, 1998.

MARQUES, E. Sobre a distinção entre Tatsache e Sachverhalt no *Tractatus Logico-philosophicus* de Ludwig Wittgenstein. *O que nos faz pensar. Cadernos do Departamento de Filosofia da PUC-Rio*. v. 2, n. 02, p. 54-61, jan. 1990.

MARQUES, J. O. A. A ontologia do *Tractatus* e o problema dos Sachverhalte não-subsistentes. *O que nos faz pensar. Cadernos do Departamento de Filosofia da PUC-Rio*. v. 5, p. 51-66, nov. 1991.

McDONOUGH, R. M. *The Argument of the Tractatus: Its Relevance to Contemporary Theories of Logic, Language, Mind, and Philosophical Truth*, SUNY Series in Logic and Language. State University of New York Press, 1986.

MCGUINN, M. *Elucidating the Tractatus: Wittgenstein's Early Philosophy of Logic and Language*. Clarendon Press, Oxford, 2006.

MORRIS, M. *Routledge Philosophy GuideBook to Wittgenstein and the Tractatus*. London and New York: Routledge, 2008.

PEARS, D. *The False Prison Vol. One*. Oxford, GB: Clarendon Press, 1987.

PEREIRA, L.C. "Objetos, Sentido e Possibilidade no *Tractatus*", publicado no livro: *Verdade, Conhecimento e Ação: ensaios em homenagem a Guido A. de Almeida e Raul Landim*. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

PROOPS, I. Wittgenstein on the Substance of the World. *European Journal of Philosophy* 12 (1): 106–126, 2004.

STENIUS, E. Wittgenstein's Tractatus: A Critical Exposition of its Main Lines of Thought. Westport: Greenwood Press, 1981.

WINCH, P. Studies in the Philosophy of Wittgenstein. New York,: Humanities P, 1969.

WITTGENSTEIN, L. Tractatus Logico-philosophicus. Trad. de Dos Santos, L.H. São Paulo: EdUSP, 2001.

_____. Tractatus Logico-philosophicus. Trad. de D. F. Pears e B. F. McGuiness. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1969.

_____. Tractatus Logico-philosophicus. Trad. de C. K. Ogden. Cambridge: Magdalene College, 1922.

_____. Notebooks, 14 -16. New York: Harper, 1961.